

12º Congresso

março/2018



*Contra a privatização, terceirização e as reformas!
Preservar direitos, ampliar conquistas!*

Caderno de Teses

12º CONGRESSO DOS METROVIÁRIOS

NAZARÉ PAULISTA

DIAS 1º A 4 DE MARÇO DE 2018

Neste Caderno de Teses estão publicadas as teses
do 12º Congresso dos Metroviários de São Paulo

CADERNO DE TESES

TEMAS:

**Conjuntura Nacional e Internacional, Movimento
Sindical, Transporte, Opressões, Campanha Salarial,
Plano de Luta, Organização de Base e Estatuto**

TESE DA ATITUDE METROVIÁRIA - CUT

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Passados dez anos da maior crise mundial da história, a economia internacional continua patinando e, apesar dos consensos criados de que o principal motor dessa tragédia foi o alto processo de desregulamentação da economia – com ênfase na livre atuação do capital, as medidas adotadas para conter a sanha do capital não surtiram o efeito desejado e as projeções são de que esse processo deve ter mais liberdade do que no início da crise.

No contexto atual podemos destacar três movimentos que tem balançado a estrutura social mundo afora.

O primeiro movimento foi a aceleração das migrações em escala global. A extrema violência é uma condição central para explicar essas migrações, assim como os trinta anos de políticas de desenvolvimento internacional que deixaram muitos habitats mortos (devido à mineração, às apropriações de terras para a expansão latifundiária e à monocultura agrícola) e expulsaram comunidades inteiras de seus territórios.

Os refugiados são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um ‘refugiado’ reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações. São reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles voltar ao seu país e necessitam de um asilo em algum outro lugar. Para estas pessoas, a negação de um asilo pode ter consequências vitais.

Outro movimento foi a campanha e o resultado do plebiscito sobre a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia – batizado de Brexit. A intensa campanha marcada pelo medo e preconceito fez com que os habitantes da Ilha votassem majoritariamente em seu desligamento da União Europeia. Políticos conservadores, com apoio da mídia, veicularam propa-

gandas aterrorizando a população com mensagens antiimigrantes: a) por serem responsáveis por retirar os empregos dos cidadãos, escondendo assim o fato que os principais bancos e empresas estarem envolvidos nas fraudes de 2008, bem como da sonegação de seus lucros em paraísos fiscais; b) pelo aumento da violência, como se isso não ocorresse pelo alto índice de desemprego e segregação racial e étnica e mesmo de classe social, pois foram justamente os mais pobres (incluindo os britânicos), que sofreram as piores consequências da crise econômica; e c) pelo sentimento separatista espelhado no senso comum que todos os males sofridos foram causados pelo processo de inclusão na Comunidade Europeia que restringiram o desenvolvimento econômico e social do reino Unido.

Por fim, a vitória de Donald Trump na eleição presidencial nos Estados Unidos, um empresário famoso pela sua riqueza e também por seus fracassos, um genuíno



“outsider”. Contestado pelo seu próprio partido, o Republicano, mas com amplo apoio de conservadores radicais e do capital conseguiu uma vitória inesperada frente a uma conhecidíssima Hillary Clinton. Podemos destacar que os

Democratas também ajudaram a vitória de Trump com os ataques a outro postulante da candidatura pelos democratas: Bernie Sanders, que contava com boa simpatia dos movimentos sociais ligados ao Occupy e de trabalhadores.

Exatamente nesse contexto caótico e perigoso aconteceu o golpe aqui no Brasil, articulado pelos mesmos setores que sempre defenderam a saída do Estado da economia e o fim das políticas distributivas.

CONJUNTURA NACIONAL

Ainda não é possível mensurar aqui no Brasil os reais motivos da extensão dessa crise; se reflexos da economia internacional ou a postura da elite local em jogar tudo na deposição de um governo democrático popular. É óbvio que os reflexos da crise não passariam despercebidos em nossa economia. O mundo hoje segue com alto grau de interdependência em processos produtivos cada vez mais globalizados no chão de fábrica e em suas estratégias de atuação. Por outro lado, o Brasil seguia um ritmo de crescimento e uma estabilidade sócio-econômica que permitia uma navegação segura nesse mar revolto.

No segundo mandato de Dilma as ações do governo visando minimizar os impactos externos não obtiveram sucesso e serviram no agravamento da própria crise. As seguidas elevações das taxas de juros e a desoneração fiscal das empresas aumentaram significativamente os gastos públicos e não tiveram nenhuma contrapartida dos setores produtivos. Por outro lado cresceram as margens de lucro, a sonegação e evasão fiscal.

A elite local não se contentou mais com as pequenas concessões na política distributiva e no pequeno estado de bem-estar social.

Aproveitando o avanço das forças conservadoras ao nível global reaglutinou seus representantes em todas as esferas de poder e promoveu um golpe de Estado.

Claro que tudo isso não veio do nada, foram anos e anos de embates e uma incessante propaganda contra a Frente Brasil Popular, principalmente o PT, por estar à frente do governo e das articulações políticas nesse período. A campanha difamatória realizada pelo PIG – Partido da Imprensa Golpista – em todos esses anos foi algo jamais visto ou imaginado em nossa história.

A ação das forças conservadoras vem se dando de várias formas. O julgamento e a execução da Ação Penal 470 foram marcados por uma série de violações constitucionais e por graves erros, transformando-se num processo de judicialização da política que abre precedente para criminalizar os movimentos sociais e que afronta a democracia. Esses fatos, amplificados pela enorme exposição na mídia, deixaram claro a partidarização do judiciário na realização de um julgamento político, cujo principal objetivo é a derrota de um ciclo inaugurado pelo governo social e democrático do Presidente Lula.

As manifestações populares que tomaram as ruas do País em junho de 2013, reivindicando melhoria na mobilidade urbana, na saúde, na educação e, ao mesmo tempo, denunciando a corrupção, foram manipuladas pela imprensa com o intuito de descredenciar o governo e os próprios manifestantes. A repressão e a violência policial criaram clima de terror em várias capitais e dispararam uma onda de criminalização do movimento, aumentando a instabilidade e o tensionamento. A estratégia de manipulação das informações desviou o foco de uma análise mais consistente sobre a real motivação das manifestações populares.

A população exigia mais Estado, mais políticas públicas universais. Os serviços de saúde e educação pública não atendem nem em quantidade nem em qualidade a necessidade da população, que se encontra refém da exploração na educação e na saúde privadas. A falta de uma política de segurança pública nas grandes cidades, que tenha como objetivo garantir a cidadania da população, o respeito à democracia e aos direitos humanos, que trabalhe com ações preventivas em parceria com a comunidade, faz crescer a marginalidade, a violência e a insegurança.

É fundamental entender que a origem e o real sentido das manifestações estavam longe da tentativa de reduzi-las a uma ação de vândalos, ou da interpretação de que se trata de uma expressão popular de oposição à presidente Dilma e contra as mudanças que o País viveu nos últimos anos. Foi neste cenário que se inseriu o movimento “Não vai ter Copa” e suas variantes, como mais uma apropriação da direita, ajudada por setores autoproclamados de “esquerda”, que visavam desgastar o governo no debate político eleitoral e conseguir algumas cadeiras a mais nos parlamentos ou mesmo uma vitória na eleição majoritária.

Se isso não foi suficiente para reverter o processo eleitoral, mostrou-se forte bastante para aglutinar a elite numa ação conjunta visando um Golpe de Estado derrubando a presidente legitimamente eleita Dilma Rousseff e colocar o vice Michel Temer em seu lugar, o maior retrocesso da democracia brasileira pós 1964. Gravações com políticos já colocabam que havia “muitas pessoas e empresas dispostas a financiar o Golpe” como foi flagrado o Paulinho da Força. O principal nome da AMBEV e o bilionário mais rico do Brasil Jorge Paulo Lemann financiando o “independente” Vem Para a Rua; forças de extrema direita como MBL e Brasil Livre; todos com ampla cobertura da Rede Globo e mesmo do nosso Metrô com abertura de catraca em suas manifestações. E, o mais incrível foi que assim como 2014, foi ajudada por setores autoproclamados de “esquerda”.

Pelos mesmos motivos, os oportunistas setores de “esquerda” recorrem a um discurso altamente perigoso; o de que não houve um

golpe no Brasil. Oportunista, por balizar esse “argumento” imputando exclusivamente ao PT a responsabilidade pela queda de Dilma e condenações e prisões de dirigentes. Perigoso, pois justifica o processo atual de judicialização da política, colocando sobre o Poder Judiciário a condução política das ações; e, por outro lado, isentando de responsabilidade a elite local e internacional no financiamento de “movimentos espontâneos” e a campanha de políticos golpistas, isentando o papel do PIG em manipular a opinião pública escondendo fatos e divulgando sua visão de mundo, isentando a Polícia Federal em ações puramente midiáticas sempre vazadas ao PIG quando se tratava do PT.

O projeto de reforma da Previdência, apesar de todos os esforços em peças publicitárias veiculadas largamente na mídia, não conseguiu angariar apoio junto à população e foi estrategicamente deixado de lado para aprovação de outras reformas de interesse direto do capital: a terceirização e a reforma trabalhista. Pressionado pela baixa popularidade foram gastos em 2017 R\$ 100 milhões com uma campanha publicitária para defender a reforma da Previdência, uma das principais bandeiras do governo, equivalente a 55% de todo o orçamento para campanhas publicitárias neste ano.

O projeto de terceirização estava adormecido no Congresso há mais de 15 anos, foi aprovado e sancionado a toque de caixa, literalmente. Representa um retrocesso de séculos nas relações de trabalho, condenado até mesmo por juízes trabalhistas. “O projeto agrava o quadro em que se encontram hoje 12 milhões de

trabalhadores terceirizados... e a elevada taxa de rotatividade que acomete os profissionais que trabalham em média 3 horas a mais que os empregados diretor, além de ficarem em média 2,7 anos no emprego intermediário...de cada dez acidentes, oito acontecem com terceiros”. (nota da ANAMATRA)

Na reforma trabalhista os resultados não foram muito diferentes. Após quatro sessões extraordinárias consecutivas e mais de 14 horas de embates, o Plenário da Câmara dos Deputados concluiu na madrugada do dia 27/05 a votação do projeto de lei da reforma trabalhista (PL 6787/16). O texto subiu para o Senado com um acordo entre seus defensores em não sofrer nenhuma emenda para que não voltasse à Câmara e foi aprovado em 11/07 por 50 a 26 com uma abstenção.

As últimas decisões do Sistema Judiciário em soltar diversos personagens envolvidos em flagrantes de corrupção, principalmente Rocha Loures e Aécio Neves e condenar o Lula sem apresentação de uma única prova concreta, demonstra claramente para quem o sistema trabalha. O maior absurdo foi penhora de bens do Lula, sem provas e sem tríplex; deixando evidente que o único propósito dessa desventura é retirar Lula da próxima eleição.

Assinam: Marcos Freire, Granito, Ivânia, Nailton, Edu Pacheco, Gelson, Amaral, Adagoberto, Marlene, Herrera, Raymundão (in memorian), Zilneide, Eraide, Bossini, Nelson Alves, Tânia.

TESE DO CHEGA DE SUFOCO – VAMOS SEM MEDO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

UMA CONTRAOFENSIVA GLOBAL

Vivemos uma nova fase, mais destrutiva, do ideário regressivo

neoliberal de completa hegemonia do capital financeiro, agora associado ao capital militar. Nesta nova divisão internacional do trabalho que se engendra, a naturalização

da miséria global é a política das classes dominantes.

Como comenta o professor Ricardo Antunes: “esta onda vai passar, mas está aí e é forte.”

CONJUNTURA NACIONAL

ENFRENTAR O GOLPE E REVERTER SEUS ATAQUES NAS RUAS E NA ELEIÇÃO

No Brasil o 1% do topo da pirâmide “engordou” continuamente sem ser incomodado. Em 2017 este setor abocanhou 82% da riqueza do país, enquanto 50% de miseráveis consumiram 0%. Mesmo com as políticas compensatórias de mitigação da pobreza nos governos Lula e Dilma, o contínuo processo de concentração de renda e riquezas e o espraiamento da miséria não arrefeceram. Isso por que as razões estruturais desta concentração não foram tocadas, principalmente o mecanismo das

dívidas externas e interna, que de forma crescente sugou a maior parte da riqueza nacional como bem explicita a “Auditoria Cidadã da Dívida” e a política fiscal tipo Robin Hood ao contrário, que permitiu que os 1% do topo em 2017 deixassem de pagar 200 bilhões de reais de fisco, enquanto penalizou sobremaneira os do piso da pirâmide.

As políticas compensatórias são necessárias para aplacar de imediato a carência do povo, mas durante os governos petistas vimos os setores mais marginais da burguesia bamburrar. Foi nesse período que, a partir de financiamentos públicos, a JBS

se tornou a primeira no mercado mundial de carnes, os “heróis” do agronegócio avançaram impiedosamente para o centro-norte do país, devastando o cerrado e as empreiteiras fizeram a “farra das obras”. O balanço deste processo é visível nas periferias brasileiras: “crescimento” baseado no consumo, crédito consignado e isenção fiscal. É uma bomba relógio contra o povo.

Mas, de qualquer forma, no segundo mandato de Dilma, a onda da comercialização de commodities havia acabado e o capital internacional exigia que se apertasse mais ainda o cinto e se atacasse os trabalhadores e a popu-

lação com um grau de brutalidade inaudito. A resposta a estes ataques veio com a explosão da juventude e do movimento popular em 2013 contra o aumento de tarifas dirigida pelo MPL e também por moradia capitaneada pelo MTST, que se seguiu a luta de denúncia das consequências da Copa. Porém o fato da classe trabalhadora com seus métodos de luta não ter entrado em cena, deu espaço para que esta “explosão” fosse utilizada espertamente pelo capital e pudesse ser canalizada para uma “luta contra a corrupção”.

As manifestações/lockout verde e amarela enganaram os incautos em um primeiro momento, mas hoje é absolutamente claro o caráter político e seletivo de tal sanha anticorrupção. Está claro que os antigos parceiros do PT, velhos contumazes da roubalheira, endram Lula e seus companheiros no cipoal da corrupção, mas não sem anotar com detalhes todas as negociatas que lhes garantiam fundos eleitorais e pessoais, cenas típicas da pasta rosa de ACM (Toninho Malvadeza). Com isso davam um tiro no que restava do projeto de conciliação de classes e junto acertavam um sonho de uma geração: que com um trabalhador no governo seria diferente.

Assim tudo deve ser desregularizado, ou regulado de forma a permitir uma maior apropriação dos fundos públicos dos recursos naturais, e do sobretrabalho, por parte do capital e seus representantes. Essa sempre foi a rota desejada pelo capital, os eventos de 2013 ofereceram uma janela de oportunidade para cursar essa trilha, a imprensa pró-mercado juntamente com o discurso de ódio ultra-impulsionado nas redes sociais, transformaram o que era uma crise de representação na democracia burguesa em uma “cruzada nacional” contra a corrupção encastelada “seletivamente” no governo federal e aliados.

O golpe jurídico-parlamentar e midiático representou o fim da fase de colaboração de classes, não pela via positiva da experiência da classe trabalhadora e a sua superação por um processo revolucionário, mas sim pela ação da direita patrimonialista sobre o comando do capital internacional, por isso representou “uma derrota profunda dos movimentos populares, sociais e dos partidos de esquerda, dos trabalhadores e até da luta democrática” como define o professor Ricardo Antunes. Vivemos no Brasil de hoje um ‘estado de exceção. E isso significa

que a justiça burguesa é conivente com tal estado e aparato repressivo usado violentamente, onde se reforçam a politização do judiciário e a judicialização da política.

Com Temer a contra ofensiva do capital toma corpo e unifica toda a burguesia numa série de ataques. Em 2017 a resposta da classe trabalhadora foi contundente: um dia Nacional de Paralisações e Mobilização em 15 de março onde a determinação dos metroviários foi determinante para estimular a realização da maior greve geral da história brasileira no dia 28 de abril. No mês seguinte 100 mil trabalhadores e trabalhadoras de todo o país ocupam Brasília. Os embates mostraram a força da unidade dos movimentos sindical e populares em geral, em particular com os sem-teto, tendo o MTST como única organização de massa de esquerda que permaneceu forte e atuante, das explosões de 2013.

Estes confrontos fragilizaram o governo Temer a ponto de vincular-se a possibilidade de sua renúncia e empantanaram a votação das reformas no congresso, criando o melhor momento da luta popular. Mas as Centrais pelegas clássicas, Força Sindical, UGT e Nova Central, negociaram abertamente com o governo



e colocaram o pé no freio das mobilizações. O governo adia a votação da reforma da Previdência, fornecendo “argumento” para a CUT e CTB também recuarem. Por outro lado, a esquerda se divide em relação à consigna das Eleições Gerais. Desta forma, em junho o movimento perdeu seu melhor momento, dando fôlego a Temer que sanciona o Lei das terceirizações e consegue aprovar a reforma trabalhista e investe pesado numa campanha mentirosa sobre a reforma da Previdência.

Depois do golpe, poderíamos esperar uma conclusão positiva de Lula e do PT sobre sua tentativa de “governar para todos”, mas ao contrário “Lula insiste que para governar o Brasil deve-se aliar Deus e o Diabo na terra do sal”, como disse

o professor Ricardo Antunes, ao invés de apontar um novo rumo, se comprometendo em anular as medidas do Temer (Lei das Terceirizações, contrarreformas trabalhistas e do ensino médio, emenda do teto de gastos etc) Lula e o PT buscam alianças eleitorais com os mesmos golpistas.

Compreender a dimensão política do golpe e sua ligação intrínseca com a condenação do Lula não nos leva, entretanto, a aderir ao seu projeto. Foi justamente a estratégia petista de conciliação de classes e desmobilização dos movimentos organizados, abrindo mão de realizar reformas estruturais que possibilitou a acumulação de forças de direita para a ofensiva burguesa em curso. Longe de apostarmos prioritariamente

na via eleitoral, entendemos que a única possibilidade efetiva de estancarmos o golpe e seus ataques e revertermos a correlação de forças, é a construção de uma ampla unidade de ação com um programa antissistêmico que enfrente a contrarreforma de Temer prioritariamente nas ruas, mas que sirva também como referência para os trabalhadores nas eleições.

*Assinam: Sergio Renato PAT,
Dagnaldo L3, Paulo Carioca PAT,
PC PAT, Tiago Marcelino L3,
Hugo PAT, Athos Obras, Adelson
L1, Nilson PIT, Ricardo Abreu
PAT, Agnaldo (Batatinha) L5,
Peralta Aposentado, Esmael PAT,
Leandro PIT e Rafael ADM.*

TESE DO MOVIMENTO NOSSA CLASSE

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A crise de 2008 colocou em xeque o projeto burguês do neoliberalismo. A massiva injeção de capital na economia feita pelos estados nacionais para salvar as grandes empresas quebradas rompeu, levando a uma Grande Recessão.

O fracasso do neoliberalismo gerou uma situação que poderíamos definir como crise orgânica em diversos países, ou seja, um período que se questiona os arranjos preestabelecidos anteriormente, com uma crise de hegemonia burguesa e de representatividade política em que são procuradas saídas radicais, abrindo espaço para fenômenos políticos à esquerda e à direita. A enorme polarização nos países imperialistas europeus e nos EUA se expressa pela direita na projeção de alternativas direitistas pela via eleitoral, cujo caso mais emblemático foi a eleição de Trump, com um discurso nacionalista, misógino e xenófobo.

A recente crise internacional, que se abriu com a denúncia de comércio de negros como escravos na Líbia, deixa evidente os impactos bárbaros da combinação de crise econômica que assola o continente africano, com a xenofobia dos países europeus, que impedem

os imigrantes de entrarem na UE. Essas situações de barbárie ocorriam com a conivência de governos, como o italiano, que financiava as milícias na Líbia para que não fizessem o transporte de imigrantes, incentivando a venda de escravos, a tortura e o estupro.

Por outro lado, expressaram-se fenômenos políticos à esquerda, como Sanders nos EUA, Podemos na Espanha e o Syriza na Grécia. No entanto, nenhuma destas se colocou como uma alternativa baseada na independência política da classe trabalhadora. Ao contrário, no caso mais emblemático do Syriza não demorou nem 6 meses para que aplicasse o plano de ajuste da Troika, e hoje é um dos governos mais privatizantes que a Grécia já teve.

Na América Latina, a crise dos governos pós-neoliberais como Lula, Kirchner e Chávez, abriu espaço para governos de direita, consolidada com a eleição de Macri na Argentina e no golpe institucional que ocorreu no Brasil. Aliado a isso, e a falta de resolução para a crise econômica, o capital imperialista tenta aprofundar seus domínios sobre a América Latina, promovendo profundos ataques aos trabalhadores

como foi a reforma trabalhista no Brasil e a reforma da Previdência na Argentina. E foi lá, nos últimos meses de 2017, que se deu um grande exemplo de batalha de resistência, ao mesmo tempo que a Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT em espanhol) teve papel fundamental para canalizar e organizar esta revolta independente da burocracia sindical e da burguesia, travando uma batalha de classe nas ruas e de denúncia no parlamentarismo.

PROPOSTA:

- - *Contra a política xenófoba que divide a classe trabalhadora com situações bárbaras como o retorno do comércio de negros como escravos na Líbia.*
- - *Incentivar a necessidade da formação no Brasil de uma alternativa política à esquerda e radical (como a FIT na Argentina) com um programa anticapitalista baseado na independência de classe dos trabalhadores que consiga fazer frente nos processos de luta de classes que se abrem.*

CONJUNTURA NACIONAL

2018 está sendo marcado por mais um capítulo de continuidade e aprofundamento do golpe institucional que colocou Temer no poder. O que estava em jogo naquele momento era o aprofundamento de ataques à classe trabalhadora, num nível maior do que o próprio PT vinha implementando no país. O ataque histórico que foi a aprovação da reforma trabalhista, bem como a proposta de reforma da Previdência, as privatizações, são fatos significativos de como o objetivo da burguesia é aprofundar a retirada de direitos dos trabalhadores.

Com o julgamento de Lula, aprofundaram a restrição aos direitos democráticos. O “partido do judiciário”, pela via da Lava Jato, mais uma vez tenta se alçar como um árbitro acima dos poderes. Três desembargadores, que ganham mais de 100 mil reais, condenaram Lula com o objetivo de impedir o elementar direito de sufrágio universal do povo ter o direito de votar em quem quiser. Este ataque é prova da degradação dessa democracia dos ricos, em

que juízes derrubam presidentes e definem arbitrariamente os rumos da política. Com o objetivo de nas eleições dar condições para um governo de maiores ataques, do que Gleisi Hoffman já declarou que o PT também estaria disposto a fazer.

O crescente autoritarismo judiciário por um regime político cada vez mais restritivo tem efeitos reacionários sobre a população, e em primeiro lugar sobre a classe trabalhadora. Processos montados a partir de delações baseadas em prisões preventivas arbitrárias, vazamento de provas e depoimentos, vazamento de gravações de escutas, e agora a condenação arbitrária de um ex-presidente será também um precedente para fortalecer ainda mais esses expedientes – que já são usuais nos morros e favelas contra a população negra – contra os trabalhadores, o povo pobre e a esquerda, em uma dita democracia que mantém presas quase 300 mil pessoas sem condenação, a grande maioria negras.

As organizações de trabalhadores devem ser os primeiros

a defender os nossos direitos democráticos conquistados contra os ataques da direita golpista e do judiciário brasileiro, não podemos deixar essa defesa na mão do PT que tem uma estratégia de conciliação com a burguesia. Como fizeram durante anos de governo, andando de mãos dadas com os grandes caciques da política, como Renan, Maluf e Temer, pavimentando o caminho para o fortalecimento da direita golpista. E mesmo depois do golpe, o PT (e partidos da sua órbita como PC do B) continuou com a mesma estratégia, negociando com a direita e perdoando os golpistas, além de não combater o golpe institucional seriamente, por meio das centrais sindicais que controlam, que foram verdadeiros obstáculos para que os trabalhadores pudessem entrar na cena política. Uma estratégia puramente eleitoral de voltar ao poder em 2018, enquanto o governo vem passando uma série de ataques históricos aos trabalhadores.

Diante o fracasso da política de conciliação de classes do PT, é

cada vez mais necessário que os trabalhadores, através da auto-organização, lutem com seus métodos, como greves, paralisações e mobilizações, e apresente uma resposta de fundo à crise política do país, marcada pelo avanço do poder arbitrário do judiciário e o aprofundamento dos ataques e reformas.

PROPOSTA:

- - Por uma assembleia constituinte livre e soberana, organizada nos locais de trabalho, estudo, bairros e movimentos sociais, imposta pela luta, na***

qual possamos questionar não apenas os jogadores, mas também as regras do jogo. Que teria como primeira tarefa a anulação da PEC 55, das reformas e que possa lutar por juízes eleitos e revogáveis, para que todo político ganhe o salário de uma professora e entre outras coisas para que possamos questionar o dinheiro que vai para o pagamento da dívida, lutando pelo fim do pagamento de juros para os banqueiros.

Assinam: Marilia (OTM2- ITT, demitida 2014 e diretora do Sindicato); Guarnieri (OTM2-

JAT, cipista L1 e diretor da FENAMETRO); Franciélton (oficial de manutenção, cipista PAT); Rodrigo "Tufão" (OTM1- JQM, cipista L1); Daniele (OTM2- JAT, cipista L1); William (Jovem Aprendiz- JQM, cipista L1); Alexia (Jovem Aprendiz- SÉ, cipista L3); Marin (OTM1- SÉ, cipista L3), Inácio (Oficial de Manutenção/ Pintura, cipista PAT); Aguiar (OTM 1- BFU, demitido); Fernanda (OTM1- GBU, demitida 2014); Andressa (OTM2- JAT); Caroline (Jovem Aprendiz- JQM); Isabela (OTM 1- JQM, em treinamento JAT); Shigueko (OTM1- SCZ); Gabriela (OTM1- CDU); Filipe (OTM1- BTO); Fabricio (OTM1- DEO); André Pereira (OTM1- SÉ) e Reinaldo (Manutenção- POT).

TESE DA UNIÃO METROVIÁRIA

CONJUNTURA NACIONAL

REFORMA TRABALHISTA

Infelizmente, a CLT foi rasgada e temos uma nova classe trabalhadora: “o precariado”, que consiste na incerteza e insegurança crônicas. E o precariado está presente em diversas partes do mundo e agora chega forte ao Brasil, com a aprovação da reforma trabalhista e a lei da terceirização!

Em um país dominado por uma pequena parcela da sociedade, ou seja, cerca de 0,1% a população onde estão classificados os bilionários, a demanda é somente uma: o lucro acima de tudo! Mas para o proletariado, as conquistas consistiam em ter mais benefícios, um emprego decente e melhor, mas principalmente, o não a fuga de trabalho!

E o pior, abaixo dessas classes, ainda temos uma subclasse: - o

lúmpen-precariado, constituído por pessoas que se arrastam pelas ruas, na miséria. Estão de fato excluídos da sociedade, vivendo nas sombras da selva de pedra das cidades grandes! Para se ter uma ideia, um trabalhador, que ganha um salário mínimo, teria que trabalhar 19 anos para ganhar o que os novos bilionários do Brasil, segundo a Forbes, ganham em um mês!

São questões extremamente preocupantes e torna-se necessário discutir sobre isso e pensar em formas de combate a esse mal que está se enraizando no mundo e chega ao Brasil com força, graças a um governo que tem na sua agenda a destruição de décadas de luta para beneficiar a pequena parcela da sociedade que vive em um luxo que mal podemos imaginar!

Assinam: Ricardo Nery OPS, Célia Andreia OPS, Rafael Barbosa OPS, Fany Kelly OPS, Faion OPS Lino OPS, Rioco Lopes OPS Brandão OPS, Ricardo Rodrigues OPS, Marcelo Dalana OPS, Jordão OPS, Marcelo Santos OPS, Fernando Chagas OPS, Damasceno OPS, Iran Silva OPS, Luciano Célio OPS, Alberto Rocha OPS, Geraldo Ribeiro OPS, Andreea Silva OPS, Robson Silva OPS, Marcos Lisboa GNG, José Souza OPS, Elvio GMT MTS, Fernandes Neto Michel GLG, André Luiz MTV, Roberto Alves OPS, Sebastião José OPS, Sergio Luca OPS, Souza Fernando OPS, Quarizini OPS, Vitor Martins OPS, Leandro Queiroz OPS, Pretel OPS, Danilo Martins OPS, Everton OPS, Danilo Silva OPS, Flavia Souza OPS, Eduardo Yuji GRI-CTR, Marcelo Paroche CCV, James Tayti OPS, Tatiana Lima OPS, Almeida Junior OPS, Pavarin OPS, Cinthia Roberta OPS, Aparecido OPS e Juliana Oliveira OPS.

TESES DA UNIDADE E LUTA E INDEPENDENTES

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Vivemos um tempo marcado pela crise do capitalismo e da ordem imperialista mundial hegemonizada pelos EUA. O desemprego alcança mais de 200 milhões de pessoas em todo o globo, as economias do chamado Ocidente parecem atoladas no pântano do baixo crescimento. Maior vítima das perturbações econômicas, a classe trabalhadora sofre ainda uma feroz ofensiva do capital, sendo submetida ao

trabalho precário, à depreciação do valor das aposentadorias e salários, à supressão e flexibilização dos direitos e ao desmantelamento do Estado de Bem Estar Social.

É visível o acirramento da luta de classes e dos conflitos internacionais instigados pelo imperialismo. A crise acelerou também o processo de concentração e centralização do capital e da renda. No Brasil, os cinco bilionários mais ricos se apropriam

de uma renda equivalente a da metade mais pobre da população. Um escândalo.

Os EUA vivem um processo de decadência econômica, ideológica e moral, refletida na eleição do bilionário falastrão Donald Trump. Mas Washington não quer abrir mão da hegemonia cada dia mais ameaçada pelo avanço da China, que já se transformou na maior potência industrial e comercial da Ásia e do planeta.

CONJUNTURA NACIONAL

É neste contexto crítico que devem ser compreendidos os fatos políticos e econômicos em curso no Brasil hoje e ao longo dos últimos anos. Em abril de 2016 o País foi vítima de um golpe de Estado liderado pela dupla Michel Temer e Eduardo Cunha (hoje preso) e apoiado pelos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, bem como pelos EUA, que tiveram papel decisivo na derrubada do governo Dilma através de um impeachment forja-

do, sem crime de responsabilidade e, por consequência, sem respaldo na Constituição. Cabe ressaltar a participação da mídia burguesa e do Judiciário na trama golpista.

Os alvos do golpe não foram apenas Dilma, Lula e o PT. Trata-se essencialmente de um golpe do capital contra o trabalho, que se desdobrou no congelamento dos investimentos públicos em saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento; arrocho do salário mínimo e dos salários

em geral; terceirização irrestrita; trabalho intermitente; redução e flexibilização de direitos através da nova legislação trabalhista, fim do acesso gratuito à Justiça do Trabalho e feroz ofensiva contra o sistema público de aposentadoria.

O golpe jogou a economia brasileira na mais longa e profunda recessão de sua história, fazendo o PIB recuar 7,2% no biênio 2015-2016; o desemprego é um flagelo que castiga mais de 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras; a



violência cresce de forma assustadora no campo, onde o latifúndio continua matando impunemente, e nas cidades. O Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU e vive um retrocesso em todas as frentes. As liberdades democráticas vêm sendo atacadas, alimenta-se o ódio, a intolerância, o racismo e toda sorte de preconceitos. A principal fonte de sustentação do movimento sindical, a Contribuição Sindical, foi extinta com o objetivo de enfraquecer e neutralizar a reação da classe trabalhadora.

Temer, que chegou a servir de informante dos EUA no Brasil, decidiu entregar as riquezas nacionais ao capital estrangeiro. Seu governo, com apoio de um Parlamento reacionário e venal, alterou as regras do pré-sal para satisfazer os interesses das transnacionais, mudou a orientação da política externa para alinhá-la aos desígnios imperialistas da Casa Branca e promete privatizar “o que for possível”.

A restauração neoliberal que o governo ilegítimo vem impondo ofende profundamente os interesses nacionais, a democracia e os direitos e conquistas do nosso povo. O conjunto de políticas aplicado desde 2016 servem claramente ao apetite insaciável do capital por mais e mais lucros, sacrificando os interesses maiores da classe tra-

balhadora e o anseio nacional por desenvolvimento, justiça social, democracia e soberania.

Impõe-se ao movimento sindical e à classe trabalhadora a resistência e a luta sem quartel para interromper o brutal retrocesso que o País vem sofrendo. É indispensável manter e ampliar a unidade das Centrais e trabalhar para a constituição de uma frente ampla em defesa da nação, da democracia e da valorização do trabalho.

Ganha destaque, neste sentido, a luta unitária para derrotar a PEC das aposentadorias, que o governo e seus aliados pretendem colocar em votação na Câmara dos Deputados em fevereiro. O fim da Contribuição Sindical e a concretização da nova lei trabalhista, que em muitos aspectos contraria frontalmente a Constituição, também continuarão sendo fonte de novos conflitos e lutas.

O Congresso deve referendar a decisão da categoria, já aprovada em assembleia, de realizar em aliança com outros ramos dos transportes uma greve geral caso a contrarreforma da Previdência venha a ser colocada em votação. Nós, metroviários, temos muito a contribuir neste sentido. É também do nosso dever e interesse defender o direito do ex-presidente Lula ser

candidato à Presidência. É o povo e não a Justiça burguesa quem deve decidir se ele pode ou não ocupar novamente a cadeira de presidente.

Os metroviários devem participar ativamente do pleito político previsto para outubro deste ano com o objetivo de ajudar na eleição de bancadas progressistas para os cargos legislativos e executivos que estarão em disputa, priorizando o apoio a candidaturas ligadas à classe trabalhadora e ao movimento sindical. Não restam dúvidas de que 2018 será um ano de grandes lutas e novos desafios para nossa categoria e o povo brasileiro. É preciso empenhar toda nossa energia no esforço de mobilização e conscientização das bases nas batalhas unitárias da classe trabalhadora para barrar a ofensiva golpista e recolocar a nação brasileira no caminho do desenvolvimento soberano com democracia e valorização da nossa classe trabalhadora.

Assinam: Wagner Fajardo, Kobori, Salaci, Almir Castro, Godoi, Cesar Amaral, Cidão, Maruzan, Roberto Campos, Rosa Anacleto, Silvia Eneida, Diego Pereira, Alberto Carlos, Auro Agostinho, Eunice Eulália, Flaviane, Hipólito Antonio, Jeanice Barbosa, Lourival Aguiar, Márcio Diniz, Ricardo Santos (Pelé) e Wagner Lemos..

TESE DA UNIDOS PRA LUTAR

CONJUNTURA NACIONAL

**SOMENTE A LUTA
PODE DERROTAR AS
REFORMAS TRABALHISTA
E DA PREVIDÊNCIA E AS
PRIVATIZAÇÕES!**

Conforme pesquisas, Temer tem 3% de aceitação popular, o Congresso Nacional 7%, apenas 24% dizem acreditar na Justiça e mais de 70% desejam o fim da Polícia Militar. O que demonstra um profundo desgaste das principais instituições do atual regime. Tudo está por um fio, vivemos em um momento parecido com o existente antes das manifestações de junho de 2013, assim como nas jornadas de lutas e mobilizações ocorridas no primeiro semestre de 2017.

Infelizmente, após as grandes centrais traírem o movimento no dia 30/6, quando haveria nova greve geral, as lutas pelos temas gerais se esfriaram. A nosso ver, para derrotar Temer e seus ataques, nesse congresso é preciso aprovar

que a categoria metroviária fará parte do calendário de lutas contra a Reforma da Previdência.

Infelizmente um setor grande e importante que dirige parte da classe trabalhadora (CUT/CTB / PT e PCdoB) está jogando todas as fichas nas eleições de 2018 e iludindo os trabalhadores com um discurso que se Lula for eleito, todos os ataques seriam revertidos. Não acreditamos nessa possibilidade. Se não derrotarmos os ataques agora, nas ruas, perderemos vários direitos. Por entender que é necessário organizar agora a luta, nossa categoria protagonizou uma forte greve de 24 horas no dia 18/1.

Paramos contra a privatização das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro. A greve foi vitoriosa, pois colocou o tema em debate com a população, nos moralizando para as próximas batalhas, e chegamos a conseguir uma liminar que suspendesse a licitação, mas com o Judiciário nas mãos de Alckmin, logo foi cassada. Adesão foi bastante forte e no dia 19

fizemos outro ato em frente à Bovespa, contra a destruição do transporte público em SP. A privatização não atinge apenas os metroviários, mas toda a população. Devemos seguir firmes nessa batalha.

Assinam: Alex Fernandes OTMI L3, Rodrigo Armando (Puff) PCR, Tito VPN L1, Margarete Arantes ASMI L3 aposentada, Rodolfo Molitor OT L3, Marcelo Soares ASMI L3, Giba OT L3, Rafael Silva OT L3, Erick Vieira OT L3, Juliana Thais TSM PAT, Gomes Junior CST L3, Juarez Lima OTM L1, Wilson Pinheiro TSM, Cadol OTMI L3, André (Alface) TSM, Rafael Guimarães OT L3, Isaac da Silva Santos OT L3, Mori OTM3 L5, Liduína OTMII L5, Daniel Seiji OT L2 demitido, Felipe Prado ASMI L2, Maria do Carmo OT L3, Kátia Fidelis OTMI L5, Daniel CCO, José Silvano OT L3, Montoya PAT, João Pedro OTMI L3, José Felipe de Oliveira Guimarães OT L2, Kleber Vieira TSM L5, Aparecido Lima OT L3, Fabinho RES L5, Wilson Malaquias OTM2 L1 e Richieri OT L2.

CONJUNTURA NACIONAL

TEMER E A FARSA ECONÔMICA PARA TENTAR SE SUSTENTAR ATÉ O FIM DO GOVERNO

Temer mascara os dados econômicos para vender uma imagem de bom governo, pensando nas eleições de 2018. A inflação muito baixa demonstra essa teoria, pois o que vemos na realidade são aumentos absurdos em produtos e serviços que interferem diretamente na inflação geral, como energia elétrica, gasolina, gás, água, os aumentos de tarifas nos transportes, que influenciam diretamente no bolso dos mais pobres, entre outros. Isso significa que para haver esse nível da inflação oficial, outros setores deveriam ter grandes deflações, mas também não vemos isso. Mesmo com safra 30% maior no setor agrícola, os produtos nos supermercados não tiveram grandes quedas, no geral cerca de 1,8% nas despesas da família, que sem essa queda o índice oficial ainda estaria baixo.

Outro ponto que leva a inflação para baixo, além da maquiagem dos números, é o baixo consumo. Isso faz com que o mercado tendo menos procura baixe

preços, ou seja, demonstrando que não há recuperação econômica. As sucessivas quedas de juros ainda não resolveram o problema da inadimplência, do crédito e ainda não se fez sentir na economia real, visto que a maioria dos contratos ainda estão fixados com juros altos, e mesmo novos contratos não tiveram queda significativa real nas taxas.

Vamos ao aprofundamento da crise, visto que deflação, pode ser pior que inflação. Em tempo de crise significa pouco consumo com consequência direta na geração de empregos. O pior da crise apenas começou e o caos do Rio de Janeiro começa a se espalhar por todo o país.

O governo tenta esconder tudo isso da população, pior, tenta vender a ideia das reformas e das privatizações para solucionar um problema que não foi criado pelo povo, mas que o povo que sofrerá as consequências.

Se materializa aí a regra básica da economia capitalista: lei da oferta e da procura. Com uma safra maior do que a anterior o mercado se comporta de forma diferente, e oferece os produtos por um valor abaixo do que nor-

malmente é cobrado, mesmo que esse produto não seja totalmente absorvido pelos consumidores, ou que este preço não seja realmente acessível ao consumidor. Isso é um elemento, que como dito anteriormente, não é uma alteração tão significativa que justifique tal queda na inflação, pois até as maiores alterações que a pesquisa do IBGE apresenta (gás de botijão 16,00%, taxa de água e esgoto 10,52%, e energia elétrica 10,35%), nos parecem pequenas comparadas à realidade das contas que chegam no fim do mês.

Importante dizer que mesmo o governo considerando empregos informais, o trabalho autônomo, jornada intermitente, ou seja, todas as formas de trabalho precário que foram criadas com a lei da terceirização e com a reforma trabalhista, o ano de 2017 fechou com saldo negativo.

Por isso temos que lutar nas ruas contra todos os ataques, as reformas; realizando greves para estancar as maldades e revogar tudo que aprovaram de retirada de direitos. Fora Temer!

Assina: Alex Santana - OT L3
(Demitido)

CONJUNTURA NACIONAL

A SAÍDA É PELA ESQUERDA

De 2015 para cá, a crise econômica aprofundou-se em nosso País e os governos e empresários decidiram aplicar um plano de ajuste fiscal duríssimo contra os trabalhadores. O então governo Dilma (PT) demonstrava toda a disposição de aplicar esses planos e, inclusive, os iniciou. No entanto, o empresariado brasileiro, a direita tradicional, como o vice-presidente Michel Temer (PMDB), aplicaram um golpe jurídico/parlamentar/midiático, para aprofundar esse plano de ajuste, acelerando as reformas e aprovando ataques sem precedentes, como a PEC 55 e a reforma trabalhista.

Em 2017, os dias 8 e 15/03 preparam a poderosa greve geral de 28/4, com a participação de nossa categoria. Impusemos recuos ao governo, que queria aprovar a reforma da Previdência no primeiro semestre de 2017. Era necessário avançar em mais uma grande greve geral. Infelizmente, as maiores Centrais do país recuaram: a Força Sindical e UGT por apoiar diretamente o governo Temer, e a CUT e CTB por optar em construir uma candidatura para 2018 se abstendo da resistência.

Fato é que, diante disso, o governo conseguiu aprovar parte de sua agenda e manter-se no poder, mesmo após os escândalos de corrupção, com a delação da JBS.

Construir a resistência tem como desafio central retomar a unidade que permitiu as ações de março, abril e maio (#ocupa Brasília) de 2017.

Os ataques sobre nossa classe estão combinados com um fortalecimento político e ideológico de setores de direita e ultradireita. Discursos intolerantes e de ataque às organizações de esquerda ganham simpatia também em setores da classe trabalhadora. A crise econômica e o ambiente de desesperança que ela cria, combinado com a desmoralização da classe política, abrem espaços para setores reacionários levantarem a cabeça e se colocarem na disputa sobre o desfecho dessa crise. Assim, Bolsonaro vem crescendo nas pesquisas eleitorais e no gosto popular.

É preciso lutar contra o avanço da direita. Porque seu avanço não se expressa só em Bolsonaro e simpatizantes da intervenção militar, mas também nos “não políticos”, como o prefeito privatizador João Doria (PSDB).

No entanto, para combater corretamente a direita, é necessário construir um campo de independência de classe. Uma articulação dos movimentos sociais e políticos que dispute corações e mentes da população trabalhadora com um programa classista e anticapitalista. Uma Frente de Esquerda Socialista que se apresente como uma alternativa de classe aos representantes do capital, e à política de conciliação de classes. Os 13 anos de governos do PT e suas alianças contribuíram para o surgimento do governo Temer e sua agressividade contra os trabalhadores.

Precisamos construí-la no calor das lutas, como nossa recente greve contra a privatização. Neste ano, é necessário também

traduzir essa resistência em uma candidatura que polemize com as saídas reacionárias, e que saiba se mostrar como alternativa ao projeto de conciliação de classes do PT. A saída é pela esquerda.

Assinam: Ana Borguin - estação L2, diretora do Sindicato, André Cabello - Manutenção L5, diretor do Sindicato, Antônio Takahashi - Manutenção PAT, diretor do Sindicato, Bala - tráfego L1, diretor do Sindicato, Camargo - APOS, Camila Farão - estação L3, Camila Lisboa - estação L3, diretora da Fenametro, Daniel Bocalini - estação L3, Danilo Restaino - tráfego L1, Eduardo Loeck - estação L3, Eli Moraes - estação L1, cipista, Felipe Bisulli - estação L2, diretor do Sindicato, Flávio Santos - Manutenção PIT, diretor do Sindicato e cipista, Gabriel Landi Fazzio - estação L2, Gustavo Matos - Tráfego L2, cipista, H. Silva - tráfego L5, João Laruccia - Manutenção L5, Joãozinho - Manutenção PAT, Juliana Muniz - estação L2, Laércio - Obras, Letícia Freitas - estação L1, cipista, Lohyane Luizi - jovem aprendiz, L3, Luana Diniz - estação L1, Marcelo Bovo Talebã - tráfego L1, Marcelo Fernandes - estação L2, Marcelo Oliveira - Manutenção EPB, diretor da Fenametro, Mercadante - Administração, Paulinho da Pintura - Manutenção PAT, Paulo Augusto - estação L2, cipista, Paulo Pasin - CCO, Pedro Maia - tráfego L5, Petrauskas - Administração, Raquel Amorim - Segurança L2, diretora da Fenametro, Ricardo Senese - estação L3, Vitor Fanti - tráfego L5 e Wilsão - Manutenção PAT, diretor do Sindicato.

CONJUNTURA NACIONAL

O BRASIL PRECISA DE UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA DERROTAR NAS RUAS TEMER E SUAS REFORMAS

No Brasil também há uma polarização social com ataques da burguesia e luta e resistência do proletariado. A crise econômica, social e política faz tremer as instituições desde junho de 2013, e sobre a qual não há perspectiva para terminar.

A burguesia ataca com demissões em massa, reforma trabalhista, desmantelamento dos serviços públicos, privatizações, terceirizações, cortes de investimento no transporte, saúde e educação e um brutal ajuste fiscal de Temer, prefeitos e governadores de todos os partidos. Além da tentativa de fazer a reforma da Previdência.

Os trabalhadores mostram sua resistência em grandes manifestações, greves, ocupações e na maior Greve Geral da história do Brasil.

Nas eleições os trabalhadores tomaram um golpe, o estelionato eleitoral da chapa Dilma/Temer, dizendo que não ia atacar os trabalhadores nem que “a vaca tossisse”, só que a vaca tossiu e o governo Dilma/Temer fez justamente o contrário. Hoje, o PT e o PMDB seguem fazendo acordos e alianças eleitorais em diversos estados. Isso explica porque Temer e Henrique Meirelles disseram que seria “bom para o Brasil” que Lula não fosse condenado.

Para mudar isso é preciso impor através da mobilização um governo socialista dos trabalhadores, que aplique um programa operário, socialista e revolucionário,

que rompa com o imperialismo, os banqueiros e a dívida pública para que haja recursos para saúde, educação, moradia e empregos. Revogue a reforma trabalhista de Temer e os ataques de Dilma ao seguro-desemprego e abono do PIS, nacionalizar e estatizar as grandes empresas para garantir pleno emprego através da redução de jornada sem redução dos salários. Cancelar todas as privatizações de FHC, Lula e Dilma. Revogar a lei de PPPs sancionada por Lula e que teve Haddad como relator. Garantir que o Metrô, Petrobrás, Cedae, Eletrobrás e demais estatais sejam 100% reestatizadas e estejam sob o controle dos trabalhadores.

A SAÍDA NÃO SÃO AS ELEIÇÕES!

Esse é o terreno dos patrões com o controle do poder econômico. Devemos usá-la só para fortalecer o projeto dos trabalhadores, apresentando candidaturas que defendam um projeto revolucionário e socialista.

O caminho deve ser o das lutas e da Greve Geral para derrotar a reforma da Previdência, revogar a reforma trabalhista e colocar Temer e todo esse congresso de corruptos para fora (Fora Temer! Fora todos!).

A classe trabalhadora deve rejeitar todas as candidaturas burguesas, de Bolsonaro a Alckmin, mas também os projetos de colaboração de classes: seja o do PT (um filme que já vimos), como também o que defende a direção majoritária do PSOL, que refaz

os caminhos do PT, defendendo um programa semelhante. Assim como a FBP (Frente Brasil Popular) e FPSM (Frente Povo Sem Medo) que também defendem a conciliação de classes. Um programa que não vai além dos limites da ordem, apenas prepara novas desilusões e derrotas.

O Brasil precisa de uma revolução socialista!

Assinam: Raimundo Cordeiro

OE/BTO - Coordenador Geral do Sindicato, Celso Borba - AE/PSO - Presidente da Fenametro, Altino - OT/L1 e Diretor da Fenametro, Narciso - OT/L5 e Diretor do Sindicato, Gustavo - AS/L1 e Diretor do Sindicato, Carlão - CCV/L2 e Diretor do Sindicato, Willian - OT/L1 e Diretor do Sindicato, Vania Maria AE/TTE e Diretora Sindicato, Marisa OT/L1 e Diretora da Fenametro, Silva Alberto AE/LUZ e cipista, Miron - AE/SCZ, Herbert - AE/TTE, Alisson - OE/JQM, Durval - OE/LUZ, Elisabete Moraes - AE/VGO, Vitor Ribeiro - OT/L2, Cláudio Alves - OT/L2, Celso Martins - OT/L2, Caio Dorsa - AE/L2, Solange - AE/VTD e Diretora Fenametro, Julia Paz AS/L3, Camilo - AE/BFU e Cipista, Luisão - EPB e Vice Presidente Cipa, Nelsinho - EPB, Mariana Santos - AE/PSO, Ricardo - VPN/L2 e Cipista, Inacio - AS/L5, Marcel Giglio - AE/L15, Chiquinho - PCR/Not, Priscila Guedes AE/CPL, Maridalva OT/L1 e diretora do Sindicato, Ricardo Lourenço AS/Linha2 e Vice-presidente da CIPA, Cicinho CCV/Linha2, César Oliveira - OT/L1, Rodnei MAN/POT, Maria do Carmo - OT/L3 e Agnaldo (Zé Gotinha) VPL/PIT.

CONJUNTURA NACIONAL

O QUE FAZER DIANTE DA CORRUPÇÃO?

Prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores!

A corrupção é uma prática nos negócios do capitalismo, tanto com os membros do poder públicos como entre os agentes burgueses. E só tem poder de corromper quem tem dinheiro.

Na sociedade burguesa as Instituições do Estado (executivo, legislativo e judiciário) têm como função garantir o sistema de exploração para enriquecer os capitalistas. Por isso cumpre o papel de enganar e reprimir as massas trabalhadoras e administrar a divisão do bolo da riqueza entre os diversos capitalistas.

Os políticos que se dispõem a cumprir o papel de administrar o Estado para os capitalistas são parte desse esquema e disputam arduamente está “vaga”, pois irá render muito para o grupo que estiver no comando. Essa é razão pela qual as empresas financiam essa disputa.

Essa prática é uma velha conhecida da classe trabalhadora, pois é quem no final irá pagar a conta, tanto com o desvio direto de recursos públicos como atra-

vés de obras superfaturadas e/ou desnecessárias. Por isso o ódio à corrupção entre a população trabalhadora é mais do que justificável, é sua saúde, educação, moradia, transporte que irão para o bolso dos bandidos de colarinho branco.

PT ASSUMIU O PAPEL DE GERENTE DO CAPITALISMO

Em geral quem cumpre esse papel na máquina pública são membros dos partidos tradicionais da burguesia. Mas, eventualmente, em função de situações especiais, são alçados a esses postos alguns políticos com ligações com o movimento dos trabalhadores. Evidentemente que diante a eleição destes, a classe trabalhadora espera que desmontem os esquemas de corrupção, que mudem a forma de funcionamento do Estado para que haja controle da população e transparência sobre as finanças públicas etc. Que punam exemplarmente todos que se corromperem e praticarem desvio de recursos públicos.

O PT, com o apoio do PCdoB e partidos burgueses assumiram esse papel a partir de 2003. O governo do PT passou a gerenciar a

exploração capitalista e acabaram também por assumir a prática da burguesia de compra de apoio político e a corrupção. Esse governo da chamada “Frente Popular” foi um governo burguês como qualquer outro.

A indignação dos trabalhadores e da população em geral com a corrupção que envolve o PT, PSDB, PMDB etc que veio, e continua vindo, a público, é mais que justificada, pois somos todos nós que arcamos com as consequências disso. Diante dessa pressão popular, os órgãos do Ministério Público e Tribunais procuram dar uma resposta e evidentemente irão incidir menos em cima dos corruptos ligados à burguesia tradicional.

O que fazer diante desse quadro? Exigimos que não punam ninguém ou punam todos de forma exemplar?

Os metroviários não devem ficar calados. Não devem “livrar a cara” de ninguém, o 12º Congresso deve exigir a punição de todos os corruptos e corruptores independentemente do partido e a prisão e confisco dos bens de todos eles.

Assinam: Alexandre Leme e José Carlos.

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

O Mundo está passando por um retrocesso absurdo, parece que estamos enlouquecendo.

Não existe mais nenhum lugar tranquilo para se conhecer, a violência, a incomprensão, a falta de respeito, resiliência, humanidade...

Quando apenas assistimos o outro em guerra, sendo obrigado a largar suas conquistas, salvar suas vidas e dos seus filhos, e serem obrigados a passarem nas mãos das pessoas mais inescrupulosas, para conseguir sobreviver em um País que não é o seu, sendo humilhado, desmoralizado, criminalizado, apenas porque deseja viver...com dignidade, e reconstruir suas vidas.

Se forem negros, então! O sofrimento será inenarrável.

Tanto no exterior como aqui na Nossa Amada e Abandonada Pátria Brasil.

Existem famintos tantos os imigrantes como o nosso próprio povo, este sendo subjugado, por esta corja de políticos corruptos e também por empresários inescrupulosos que desejam a riqueza subjugando a classe trabalhadora.

Não existe investimento nos serviços básicos: educação, saúde, alimentação, merenda escolar, transporte, ciência e tecnologia, habitação etc.

Temos a compreensão do que está acontecendo conosco, não temos como nos calar mais, diante de tantos absurdos que estão nos enfiando goela abaixo, são conquistas e lutas inenarráveis, em tempos também difíceis, para entregarmos todas as nossas riquezas assim, como se mortos já estivéssemos.

O momento tem que ser de união, respeito por aquele que não

conseguiu o mínimo de acesso, ao o que deveria ter com qualidade, devido a quantidade de impostos que pagamos, qualidade de vida não deve ser uma utopia, num País tão rico quanto o nosso, que você pode até não valorizar, mas, basta viajar pelo Brasil, e perceber que os melhores pontos da Orla brasileira pertencem aos empresários estrangeiros.

A Luta começa dentro da nossa casa, educando aos nossos filhos a respeitar e serem respeitados, chega de intolerância racial, exclusão social, desvalorização da mulher, violência contra GLBTs- todos fazemos parte do mundo, e se queremos ele melhor, façamos a nossa parte!

Assina: Milene Gonçalves Dias, ASMI,
5X2, Tis/Oratório, turno manhã

TESE ALTERNATIVA METROVIÁRIA, +MAIS E INDEPENDENTES

MOVIMENTO SINDICAL

2017: A RESISTÊNCIA CONTRA O AJUSTE FISCAL MOSTROU SUA FORÇA

O 8 de março foi histórico, com mobilizações massivas pelo mundo inteiro e um chamado internacional a greve de mulheres. O dia 15 de março teve grande adesão nacionalmente, com paralisações. O setor de transporte teve um papel decisivo com a nossa greve e dos rodoviários. Após esse dia a Greve Geral foi pautada na realidade e os trabalhadores sentiram confiança em suas próprias forças. A Reforma da Previdência passou a ser repudiada pela maioria da população e a pressão obrigou as direções das centrais a chamarem um dia de paralisação.

O dia 28 de abril foi a maior Greve Geral do Brasil, com para-

lisações dos transportes e grande peso dos setores operários. Mesmo enfrentando uma campanha massiva da mídia, os trabalhadores colocaram o governo contra as cordas. O dia 24 de maio, com um grande ato em Brasília em que milhares de trabalhadores enfrentaram durante todo o dia a dura repressão do governo Temer, colocou a possibilidade de se avançar ainda mais, com uma Greve Geral de 48h contra o combalido governo Temer.

Aí veio a traição das direções das grandes centrais sindicais como a CUT e CTB que tiveram como prioridade a campanha do Lula, vendendo a ilusão para a classe que o caminho para superar essa situação não era a Greve Geral e sim as eleições de 2018. Assim como a Força Sindical

e UGT que apoiam o Temer e se declaram contra a reforma trabalhista apenas por causa do imposto sindical. Traíram o dia 30 em troca de negociações com o governo sobre o imposto sindical. Tinha a possibilidade de derrubar não só as reformas trabalhista e da Previdência, mas o próprio governo Temer.

Vemos a classe trabalhadora lutando, vindo de 2016 em que houve o maior número de greves da história. Ainda que quase metade dessas greves tenham sido de apenas um dia, acreditamos ser um número importante. É possível e necessário irmos a uma nova greve geral, mas as direções do movimento estão prontas para trair e a sustentar esse governo em troca de migalhas ou por campanhas eleitorais.

CSP CONLUTAS
- ORGANIZAR OS
TRABALHADORES PARA
SUPERAR AS GRANDES
CENTRAIS E SUAS DIREÇÕES
TRAIDORAS

2017 demonstrou a necessidade de uma organização geral dos trabalhadores em nível nacional e a importância de uma central sindical que esteja do lado dos trabalhadores com independência dos patrões e dos governos burgueses.

A CSP Conlutas é reconhecida por trabalhadores de diversas centrais pelo papel de destaque na luta pela Greve Geral, mesmo a central ainda sendo minoritária no movimento. Também teve um papel fundamental no enfrentamento no dia 24 em Brasília.

acha mos que os metroviários de São Paulo devem fortalecer esse projeto e se filiar à CSP Conlutas. Só

garantiremos nossa existência se derrotarmos a privatização e terceirização, os planos dos governos de conjunto e para isso necessita fortalecer a construção dessa central sindical que não traiu a classe neste momento decisivo.

*Assinam: Raimundo Cordeiro OE/
BTO - Coordenador Geral
do Sindicato, Celso Borba
- AE/PSO - Presidente da
Fenametro, Altino - OT/L1 e
Diretor da Fenametro, Narciso
- OT/L5 e Diretor do
Sindicato, Gustavo - AS/L1 e
Diretor do Sindicato, Carlão
- CCV/L2 e Diretor do
Sindicato, Willian - OT/L1 e
Diretor do Sindicato, Vania
Maria AE/TTE e Diretora
Sindicato, Maridalva OT/L1
e diretora do Sindicato, Ana
Borguin AE/CNS e diretora do
Sindicato, Flávio MTS/PIT e
diretor do Sindicato, Messias AS/
L3 e diretor do Sindicato, Ricardo
Lourenço AS/L2 e diretor do
Sindicato, Felipe Bisulli AE/CNS
e diretor do Sindicato*

TESE DA ATITUDE METROVIÁRIA

Movimento Sindical

O movimento social reagiu de forma mais intensa em 2017, 100 anos após nossa primeira greve geral. Foram três grandes greves em março, abril e junho; a ocupação de Brasília, no dia 24 de maio; diversas ocupações de terras e áreas urbanas polo MTST e MST; passeatas em muitas cidades pelo Brasil inteiro. No entanto, isso não tem se mostrado forte o suficiente para reverter os prejuízos com as decisões do Congresso que representam um atraso de 100 anos.

O fim do imposto sindical, comemorado por alguns e chorado por muitos, em 2018 trará reflexos contundentes na vida de muitas entidades, principalmente aquelas que somente com receitas de filiação não conseguirão sobreviver. Uma nova forma de organização será decisiva para incluir e manter na luta aqueles que bem compreendem o papel do sindicado no processo de luta de classe. Uma organização mais solidária,

estruturada e bem dirigida, seja através de Centrais Sindicais, Federações e, mesmo, Cooperativas de Sindicatos que atuem na mesma geografia de trabalho, mantendo sempre o princípio de autonomia e independência sindical.

É preciso mais:

- *a) Devemos construir uma unidade de ação ainda maior visando envolver o movimento sindical para além das centrais sindicais comprometidas com a classe trabalhadora.*
- *b) Consolidar nossa relação com os movimentos sociais, particularmente a Frente Brasil Popular e a Povo Sem Medo, visando construir a unidade das forças no campo democrático popular para enfrentar as forças conservadoras e golpistas.*
- *c) Garantir a assinatura e regulamentação de normas internacionais da Organiza-*

ção Internacional de Trabalho como as Convenções:

- *151: Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública;*
- *158: Convenção sobre término da relação de trabalho por iniciativa do empregador;*
- *087: Liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização;*
- *d) Mobilização permanente nos locais de trabalho visando conscientizar as categorias sobre uma greve geral como instrumento mais importante de luta*

• *NENHUM DIREITO A MENOS.*

Assinam: Marcos Freire, Granito, Ivânia, Nailton, Edu Pacheco, Gelson, Amaral, Adagoberto, Marlene, Herrera, Raymundão (in memorian), Zilneide, Eraide, Bossini, Nelson Alves, Tânia.

TESE DO CHEGA DE SUFOCO

VAMOS SEM MEDO

Movimento Sindical

POR UM NOVO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO METRÔ

Um balanço categórico em nossa opinião foi a correção de mantermos o nosso Sindicato independente das Centrais. Orgulhamo-nos de termos sido um Coletivo que batalhou coerentemente para que o plebiscito votasse pela independência. Nosso papel nas Greves Gerais foi determinante e foi possível por que não éramos filiados a nenhuma central e pudemos ser a casa de todas que queriam lutar, sem causar “melyn-dres” a nenhuma.

Nossa proposta de independência está ancorada em uma visão extremamente crítica aos rumos do movimento sindical e

sua fragmentação que culminou na legalização “de cima pra baixo” de mais de 14 centrais, que acabou por dificultar sobremaneira a unidade de ação necessária para a luta. Mantemos a concepção que os Sindicatos são organismos de frente única necessária para as lutas, mas infelizmente hoje em dia cada partido tem sua Central, por isso consideramos que o Sindicato devia ser independente do Estado, dos patrões e também dos partidos.

Por outro lado, com o avanço do processo de privatização e a nova realidade imposta, com várias empresas empregando trabalhadores que atuam no metrô, necessitamos repensar o modelo de nosso Sindicato como uma entidade de categoria única e redefinir nosso

sistema de representação, apontando uma estratégia de luta para representarmos todos os trabalhadores no metrô, independente da empresa que trabalhe. Para isso necessitamos rever a discussão sobre representação dos trabalhadores da Linha 4, partindo da realidade que a Via Quatro é outra empresa. Defendermos que todos que trabalham no metrô tenham o mesmo acordo coletivo, mas não podemos colocar esta questão como premissa para representação jurídica.

*Assinam: Sergio Renato PAT,
Dagnaldo L3, Paulo Carioca PAT,
PC PAT, Tiago Marcelino L3,
Hugo PAT, Athos Obras, Adelson
L1, Nilson PIT, Ricardo Abreu
PAT, Agnaldo (Batatinha) L5,
Peralta Aposentado, Esmael PAT,
Leandro PIT e Rafael ADM.*

TESE DO MOVIMENTO NOSSA CLASSE

MOVIMENTO SINDICAL

Com o aprofundamento do golpe institucional, as principais centrais sindicais seguem boicotando as lutas. Por um lado, Força Sindical, UGT, Nova Central, permanecem aliadas do governo Temer, apoiaram a reforma trabalhista e a lei da terceirização aprovadas ano passado no congresso. Por outro lado, a CUT e CTB, fazem um “discurso radical”, mas não tomam nenhuma medida para organizar a luta em cada categoria e realmente preparar uma grande greve geral para derrotar as reformas e pelo direito do povo votar em quem quiser.

Nesses 2 blocos existe um pacto de convivência pacífica em torno de um objetivo em comum, a manutenção do imposto sindical. Isso se mostrou claramente após a greve geral do dia 28/04, quando essas centrais foram protagonistas em cancelar a continuidade da luta. Seguem com uma agenda a reboque dos parlamentares através da consigna “Se botar para votar o Brasil vai parar”, deixando os trabalhadores reféns da articulação de Temer com compra de votos no congresso, sem preparar nenhum tipo de grande mobilização.

Nosso congresso será realizado em março, e essa limitada estratégia de pressão da burocracia

sindical pode resultar novamente em não derrotar a reforma da Previdência. Ainda mais em meio a este ataque do judiciário a direitos democráticos elementares, que deveria ser uma pauta urgente para combater o avanço do poder judiciário e do golpe institucional.

Não é só o patrão que tem direito de fazer política. Os trabalhadores organizados também, através de lutar pela defesa irrestrita de todos os direitos democráticos políticos, para dar uma saída política independente da conciliação petista, e da política traidora da burocracia sindical. As organizações de classe como os Sindicatos devem permitir que os trabalhadores atuem como “tribunos do povo”, reagindo a toda manifestação de arbitrariedade do Estado.

A CSP-Conlutas, que se propõe como alternativa à burocracia sindical, a qual construímos desde o Movimento Nossa Classe, e que defendemos que tenha mais iniciativas para colocar a importância da construção dos metroviários com outras categorias nacionalmente a partir dessa central, deveria incorporar a luta em defesa dos direitos democráticos da população, e não deixar essa tarefa nas mãos do petismo e sua política de conciliação.

PROPOSTA:

- *Que as principais centrais parem de boicotar as lutas e apresentem um plano de luta sério convocando assembleias democráticas nas bases de cada categoria para organizar uma greve geral em defesa do direito do povo votar em quem quiser, pela abolição da reforma trabalhista e contra a reforma da Previdência.*

Assinam: Marilia (OTM2- ITT, demitida 2014 e diretora do Sindicato); Guarnieri (OTM2- JAT, cipista L1 e diretor da FENAMETRO); Franciélton (oficial de manutenção, cipista PAT); Rodrigo “Tufão” (OTM1- JQM, cipista L1); Daniele (OTM2- JAT, cipista L1); William (Jovem Aprendiz- JQM, cipista L1); Alexia (Jovem Aprendiz- SÉ, cipista L3); Marin (OTM1- SÉ, cipista L3), Inácio (Oficial de Manutenção/ Pintura, cipista PAT); Aguiar (OTM 1- BFU, demitido); Fernanda (OTM1- GBU, demitida 2014); Andressa (OTM2- JAT); Caroline (Jovem Aprendiz- JQM); Isabela (OTM 1- JQM, em treinamento JAT); Shigueko (OTM1- SCZ); Gabriela (OTM1- CDU); Filipe (OTM1- BTO); Fabricio (OTM1- DEO); André Pereira (OTM1- SÉ) e Reinaldo (Manutenção- POT).

TESE DA UNIÃO METROVIÁRIA

Movimento Sindical

PASSADO X FUTURO

No final dos anos 70, o movimento sindical ganhou força com paralisações em diversos setores da economia, entre eles, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, responsável por promover uma luta intensa por direitos dos trabalhadores e, esta luta, expandindo-se para outros setores, como citado acima.

Já nos anos 90, essa luta mostrou-se mais interna, como lutas por PLR e PR, entre outras demandas dos trabalhadores frente ao cenário!

A partir dos anos 2000, o que parece ter ocorrido foi uma descentralização do sindicalismo, onde o mesmo voltou a tomar fôlego a partir da próxima década, onde surgiram os primeiros protestos de rua após anos e a partir daí, passaram a ganhar força, eclodindo em 2013. E isto também foi um marco para o sindicalismo, pois foram discutidos diversos temas.

Mas o fato é que as pessoas, empresas e modos de gestão mudaram, porém, o modo de

promover sindicalismo não! Logo, o que está em jogo é: como se adequar a uma nova realidade que está presente no dia a dia do trabalhador? E como promover um sindicalismo responsável e representativo perante o empregador para defender os interesses do funcionário? Essa é uma questão que deve ser levada a sério e ser executada da melhor maneira possível! Temos um cenário nacional desanimador, frente as execuções dos governos atuais. Logo, sem um modo eficiente de sindicalismo, não teremos condições de enfrentar o que está por vir.

As demandas sociais são necessárias e justas, mas até que ponto estão acima dos interesses da própria categoria? Que mantém o Sindicato por meio das mensalidades justamente esperando por apoio da entidade quando necessário?

É necessário convencer a classe trabalhadora do cenário que estamos enfrentando, como piora nas condições de trabalho, empregos precários, salários ruins e sem os mínimos benefícios para o trabalhador! Como podemos

perceber, é necessário trabalhar por convencimento aqueles que ainda não entenderam o cenário que estamos vivendo!

Assinam: Ricardo Nery OPS, Célia Andreia OPS, Rafael Barbosa OPS, Fany Kelly OPS, Faion OPS Lino OPS, Riodo Lopes OPS Brandão OPS, Ricardo Rodrigues OPS, Marcelo Dalana OPS, Jordão OPS, Marcelo Santos OPS, Fernando Chagas OPS, Damasceno OPS, Iran Silva OPS, Luciano Célio OPS, Alberto Rocha OPS, Geraldo Ribeiro OPS, Andrea Silva OPS, Robson Silva OPS, Marcos Lisboa GNG, José Souza OPS, Elvio GMT MTS, Fernandes Neto Michel GLG, André Luiz MTV, Roberto Alves OPS, Sebastião José OPS, Sergio Luca OPS, Souza Fernando OPS, Quarizini OPS, Vitor Martins OPS, Leandro Queiroz OPS, Pretel OPS, Danilo Martins OPS, Everton OPS, Danilo Silva OPS, Flavia Souza OPS, Eduardo Yuji GRI-CTR, Marcelo Paroche CCV, James Tayti OPS, Tatiana Lima OPS, Almeida Junior OPS, Pavarin OPS, Cinthia Roberta OPS, Aparecido OPS e Juliana Oliveira OPS.

TESES DA UNIDADE E LUTA E INDEPENDENTES

Movimento Sindical

O governo ilegítimo de Michel Temer, à frente da Presidência da República desde maio de 2016, tem se caracterizado por aplicar uma dura agenda contra os direitos dos trabalhadores e o movimento sindical.

A lei da terceirização irrestrita e a reforma trabalhista buscam reduzir o custo do trabalho e precarizar as relações trabalhistas. O próximo passo é a reforma da Previdência. Para tanto, três frentes essenciais de defesa dos direitos dos trabalhadores são atacadas: a CLT, os Sindicatos e a Justiça do Trabalho.

Com a CLT desfigurada e a Justiça do Trabalho neutralizada, o coroamento do processo é a redução do poder de representação e negociação dos Sindicatos e a drástica diminuição na capacidade de sustentação financeira do sindicalismo.

A nova lei regulamenta a eleição de representantes dos tra-

balhadores, “sem a interferência da empresa e do Sindicato”, retira a obrigatoriedade de participação dos Sindicatos em um conjunto de negociações e acaba com a contribuição sindical obrigatória.

Defender os trabalhadores, manter a capacidade de organização e mobilização e assegurar a sobrevivência material são os desafios postos na atual conjuntura.

Para enfrentar estes desafios a unidade dos trabalhadores é fundamental. Neste sentido tem cumprido um papel fundamental a unidade construída pelas Centrais Sindicais no enfrentamento das reformas de Temer. A construção e realização da greve geral de 28 de abril de 2017 foi um marco importante nesta unidade.

Nosso Sindicato deve se manter independente de filiação à uma central sindical.

No último plebiscito a categoria majoritariamente decidiu por se manter independente de

filiação às centrais. Sem desconsiderar o importante papel que as Centrais cumprem na construção das lutas gerais e na elevação da consciência dos trabalhadores, entendemos que ainda é cedo para retomarmos a discussão de filiação a uma central.

A filiação tem que ser uma decisão bastante amadurecida pela categoria, com amplo processo de construção e debate. Na atual conjuntura de ataques e privatizações, temos que nos concentrar no que nos une e ir amadurecendo este debate para retomá-lo no próximo Congresso.

Assinam: Wagner Fajardo, Kobori, Salaciel, Almir Castro, Godoi, Cesar Amaral, Cidão, Maruzan, Roberto Campos, Rosa Anacleto, Silvia Eneida, Diego Pereira, Alberto Carlos, Auro Agostinho, Eunice Eulália, Flaviane, Hipólito Antonio, Jeanice Barbosa, Lourival Aguiar, Márcio Diniz, Ricardo Santos (Pelé) e Wagner Lemos.

TESE DA UNIDOS PRA LUTAR

Movimento Sindical

O SINDICATO DEVE VOLTAR A SER DOS METROVIÁRIOS!

AS LUTAS PASSAM POR ORGANIZAÇÃO NA BASE!

Os metroviários, assim como todos os trabalhadores, estão sofrendo as consequências dos ajustes de Temer (PMDB) e dos ataques de Alckmin (PSDB). Tudo acontecendo ao mesmo tempo; terceirização das bilheterias, privatização, demissões, entre muitas outras coisas. Mas ao mesmo tempo que tudo está acontecendo, parece que nada ocorre, pois diante de tantos ataques, deveríamos estar efervescidos e lutando com todas as nossas forças.

Sabemos que a categoria ficou bastante impactada com a derrota que tivemos em 2014, com 42 demissões, mas a nova eleição para diretoria do Sindicato, teoricamente deveria servir para reverter essa situação. No entanto, a maioria da diretoria acredita que não é possível lutar.

Vínhamos de uma grande demonstração de força no primeiro semestre de 2017, participamos das lutas nos dias 8/3 (Dia Internacional das Mulheres), 15/3 (Dia Nacional de Paralisações), 31/3 (Grandes manifestações), 28/4 (Greve Geral), 24/5 (Marcha a Brasília). Mas ao invés de aprovei-

tarmos o momento e utilizarmos nossa Campanha Salarial para aumentar a mobilização e nossa força, saímos precocemente e de forma equivocada da nossa campanha.

Nos autocriticamos por ter aceitado esse encerramento apressado pensando que isso levaria todas as forças a mobilizar a base pelos temas mais gerais para um grande confronto, mas aconteceu o contrário. Na verdade, setores que hoje formam maioria na diretoria recuaram de tal forma que o segundo semestre ficou num total “marasmo”. Não se esforçaram para organizar o dia 30/6, que deveria ser uma nova greve geral, “puxaram o freio” e deixaram de trabalhar na base uma forma efetiva de lutar contra a terceirização e a privatização.

Diante disso, temos que expor nossas diferenças, pois essa política recuada de confiar em negociações que nunca acabam, de não acreditar no trabalho na base, podem nos levar a um destino terrível. Alguns metroviários se assustam com essa divisão, mas muitos sabem que essa luta não é de hoje. A CUT e a CTB se aliaram ao governo de Lula/Dilma, assim como deixaram passar muitos ataques do Alckmin em anos anteriores, não é por acaso que a base votou pela desfiliação dessas duas centrais.

A base tem claro que não podemos deixar as coisas seguirem no rumo que estão, pois isso pode levar a categoria a uma derrota. As reformas são duras, a trabalhista diz que após a data-base a empresa não é obrigada a manter o acordo em validade, em nosso caso se não tivermos Acordo Coletivo assinado até 1º/5/2018, corremos o risco de perder todos os nossos direitos conquistados.

Por isso precisamos, pela base, mobilizarmos o quanto antes. Inclusive, nós da Unidos pra Lutar, desde a aprovação dessa reforma propusemos antecipar nossa Campanha Salarial, a mesma já iniciará agora em março e pode ajudar a unificar e mobilizar os setores do transporte novamente como vivenciamos na greve geral de abril.

CENTRAIS SINDICAIS

Tendo em vista os diversos posicionamentos sobre as centrais sindicais e que devemos manter o máximo de democracia possível, qualquer reivindicação de filiação a alguma central sindical deve passar pelo crivo da categoria. Nesse sentido, aqueles que reivindicarem a filiação deverão apresentar lista com assinatura de pelo menos 3% do total de sindicalizados solicitando que determinada central esteja entre as opções.

Tendo em vista a atual situação de independência, a opção “Nenhuma Central” sempre deverá constar em cédula de votação. Nesse sentido propomos um plebiscito que deverá ser realizado entre 12 e 18 meses após o congresso, contendo os nomes das centrais que tenham apresentado as assinaturas necessárias.

Assinam: Alex Fernandes OTMI L3, Rodrigo Armando (Puff) PCR, Tito VPN L1, Margarete Arantes ASMI L3 aposentada, Rodolfo Molitor OT L3, Marcelo Soares ASMI L3, Giba OT L3, Rafael Silva OT L3, Erick Vieira OT L3, Juliana Thais TSM PAT, Gomes Junior CST L3, Juarez Lima OTM L1, Wilson Pinheiro TSM, Cadol OTMI L3, André (Alface) TSM, Rafael Guimarães OT L3, Isaac da Silva

Santos OT L3, Mori OTM3 L5, Liduína OTMII L5, Daniel Seiji OT L2 demitido, Felipe Prado ASMI L2, Maria do Carmo OT L3, Kátia Fidelis OTMI L5, Daniel CCO, José Silvano OT L3, Montoya PAT, João Pedro OTMI L3, José Felipe de Oliveira Guimarães OT L2, Kleber Vieira TSM L5, Aparecido Lima OT L3, Fabinho RES L5, Wilson Malaquias OTM2 L1 e Richieri OT L2.

MOVIMENTO SINDICAL

DIREÇÃO SINDICAL E MOVIMENTO SOCIAL

É uma prática bastante comum um sindicalista que também seja dos movimentos sociais, que na verdade são a mesma coisa, são MOVIMENTOS SOCIAIS. A diferença está apenas em seus participantes, ou seja, um de estudantes e outro de trabalhadores de um determinado setor.

Seria normal se não fosse pelo fato de, conforme consta, Direção de Sindicato incitar Movimento Estudantil contra Trabalhadores em seus postos de trabalho. Na Estação Anhangabaú (os pula-catracas), Estação Paraíso (os

mascarados), em várias estações com o MPL, enfim, movimentos sociais capitaneados por Partidos que também comandam Sindicatos. Posteriormente, esses mesmos diretores se colocam como bastiões da categoria na defesa de seus interesses.

Como já estamos calejados de tanto apanhar física e legalmente, pois a cada contenção feita e elevada às Delegacias, somos indiciados por agressão, acreditamos que já basta.

PROPOSTA:

- *Qualquer dirigente sindical eleito pela categoria para*

defesa de nossos interesses, que for dirigente de outros movimentos sociais, deve se pronunciar como tal para ser responsabilizado civil e criminalmente por qualquer tipo de agressão sofrida por membro da categoria, agressão essa causada por membros do movimento e, por conseguinte, seja exonerado do quadro de direção do movimento e impedido de exercer qualquer cargo eletivo e representativo de nossa categoria.

Assina: Dalvilson Policarpo,
integrante da Base de JPA (SOU)

MOVIMENTO SINDICAL

A importância da conscientização e do trabalho de base

É muito comum os trabalhadores dizerem o “Sindicato” precisa denunciar essa situação ou o “Sindicato” deve vir aqui etc. O Sindicato é o presidente, é o diretor ou a diretoria do Sindicato existe uma situação no movimento sindical brasileiro onde 10 ou 20 diretores da categoria representam 5 mil ou 10 mil trabalhadores, isso ocorre porque o que vigora é a concepção e estrutura sindical Getulista. Mas nem sempre foi assim e é possível mudar.

A classe trabalhadora para lutar por suas reivindicações e direitos sofreu e sofre perseguições, retaliações, mas foi enfrentando essas situações que tivemos conquistas importantes como a jornada máxima de 8 horas, às 6 horas corridas para várias atividades, o

13% salário etc.

E hoje o capitalismo em mais uma crise econômica ameaça retirar nossas conquistas de anos e anos de luta, para salvar bancos e empresas. Os trabalhadores no Brasil se organizam majoritariamente nos Sindicatos, mas essa forma apesar de ter um grande avanço tem muitos limites porque na maioria dos casos não possuem uma organização de base, ou a base pouco decide.

Não está e não será fácil superar todos os problemas que estão sendo colocados para os trabalhadores e suas organizações, mas enfrentar esses problemas está na ordem do dia. Quem se omitir ou imaginar que essa onda é passageira sucumbirá primeiro. O capital e o mercado abriram suas baterias contra os trabalhadores e o movimento sindical. Urge defender-se e preparar a contraofensiva!

Em curto prazo, as saídas são: atuar no Congresso, sob forte unidade, para minorar os danos que serão causados pelos ataques desferidos pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária do governo. E construir grandes movimentos capazes de chamar a atenção dos trabalhadores e do povo, da sociedade, para o que está em curso. Como o movimento do dia 15 de março.

Em médio prazo, resgatar, com força, o trabalho de base. Esse trabalho tem de ser permanente, diurno, com os dirigentes levando informação de qualidade para os trabalhadores, de modo que não sucumbam com a propaganda enganosa dos patrões e dos governos. Não há alternativa ou não temos alternativas, senão trabalhar para recuperar o tempo perdido.

Assina: Gleice Nazaré – OPS

MOVIMENTO SINDICAL

O maior desafio do Sindicato será unir a categoria para as lutas que já se fazem necessária, os nossos direitos conquistados estão

todos ameaçados e será necessário que conquistem a confiança dos metroviários, para que sintam que estão sendo representados.

Assina: Milene Gonçalves Dias, ASMI,
5X2, Tis/Oratório, turno manhã

MOVIMENTO SINDICAL

A BASE DEVE SER OUVIDA PARA TERMOS UM SINDICATO DE LUTA

Tendo em vista que o modelo de eleição do Sindicato gerou muita polêmica, que o Sindicato está muito distante da categoria e que a organização pela base deve prevalecer; após muitas conversas com diversos metroviários, percebemos que muitos consideraram equivocada a forma de eleição, dizendo que a proporcionalidade deixou a categoria sem um rumo já que cada setor dentro da diretoria tem posições distintas, dificultando ações contundentes feitas em conjunto.

Sabendo que também há pes-

soas que consideraram corretas as alterações, defendemos que a categoria decida como ela quer que seja a eleição do Sindicato. Acreditamos que temas muito polêmicos em que interfiram diretamente nos metroviários, onde a decisão tomada pode dar novas diretrizes para o próximo período de lutas, devem ser discutidos mais amplamente com a categoria, expondo os prós e contras de cada posição, dando tempo de refletirem sobre o assunto.

Por isso, propomos que no máximo 8 meses após o congresso, deverá haver um plebiscito para aprovação do formato de eleição sindical que a categoria quer. Na cédula deve constar na

parte superior: () eleição majoritária / () eleição proporcional; se a resposta for eleição proporcional, na parte inferior deverá ser respondido: () por chapa / () nome a nome na área.

O Sindicato deverá ceder espaço em seus materiais para que sejam expostas as diferentes posições. Estes espaços deverão ser iguais para cada posição para não ferir a isonomia do processo. Somente após a apuração deste plebiscito, todas as alterações de estatuto aprovadas neste congresso serão registradas no MTE e demais órgãos.

Assina: Ronaldo Campos (Pezão) -
OTL3

TESE ALTERNATIVA METROVIÁRIA, +MAIS E INDEPENDENTES

TRANSPORTES

Transporte não é mercadoria, não às privatizações!

É importante constatar que o Brasil é o único dos países de dimensão continental que promoveu profundo processo de desmantelamento do modal ferroviário. As vantagens desse modal (trens de carga, de passageiros, metrôs, VLT's) sobre o rodoviário são incomparáveis. O modal rodoviário que custa 5 vezes mais, tem pequena capacidade, emite muitos poluentes, eleva os gastos com o tratamento de várias doenças e destruição ambiental. Mas por que isso ocorreu?

Essa política desastrosa no setor de transportes visa atender os interesses das grandes construtoras, da indústria automobilística e petroleiras que buscam somente mais e mais lucros.

Desde a ditadura militar, passando por Collor, Itamar Franco e FHC foi intensificado o sucateamento do Setor ao mesmo tempo que se fortalecia a indústria automobilística. Empresas estatais e nacionais como a Mafersa e Cobrasma foram completamente destruídas. No seu auge as ferrovias no Brasil chegaram cerca de 30 mil km. Mas com os governos do PT não foi diferente, Lula junto com Dilma entregaram Estradas, Aeroportos e Portos, assim como Temer já anunciou a continuidade dessas privatizações.

Cerca de 30% das viagens são feitas a pé ou de bicicleta, devido ao alto valor das tarifas. O transporte de alta capacidade tem como principal modal os trens e metrôs e representam apenas 3% das viagens.

Em 1998 Marcelo de Alencar (PSDB) privatizou o Metrô e a Ferrovia no RJ, sendo hoje o estado onde o preço da passagem é a mais cara do Brasil. Nos últimos anos Dilma (PT), e agora Temer (PMDB) tentam privatizar os Metros ligados a CBTU (PE, RN, BH) e a Trensurb (RS) que só não ocorreu devido a grande resistência dos trabalhadores e seus Sindicatos.

Em todo o país os tubarões das empresas de ônibus além de aumentos absurdos nas passagens já trabalham com o fim da função do cobrador, mesmo com muita luta dos rodoviários, mas parte dos ônibus já funcionam sem esses trabalhadores.

Em SP, Doria quer retirar 1000 ônibus das ruas e segue tentando acabar com os cobradores.

Alckmin fez a concessão da L4 garantindo todos os lucros aos empresários. Até janeiro desse ano pagava R\$0,24 a mais por passageiro transportado e realizou um leilão de cartas marcadas entregando a L5 e L17 com condições ainda mais favoráveis. Anunciou ainda a intenção de entregar as Linhas 15 e 2.

Junto com a Fenametro, metroviários e ferroviários do país precisamos atualizar a cartilha de 2% do PIB para os transportes, buscar a unidade com os usuários e a população porque nossa luta é uma só! O aumento da passagem é uma das consequências do avanço das privatizações e uma das lutas que podemos construir unidade com a população.

Por um transporte público, estatal e de qualidade, com tarifa zero e sob o controle dos trabalhadores, propomos:

- **Unificar a Luta de todo Setor**

de Transporte!

- ***Não à Privatização***
- ***Cancelamento das privatizações!***
- ***Regulamentação da Profissão Metroviária!***
- ***Tarifa Zero!***
- ***Atualizar a cartilha de 2% do PIB!***

Assinam: Raimundo Cordeiro OE/BTO - Coordenador Geral do Sindicato, Celso Borba - AE/PSO - Presidente da Fenametro, Altino - OT/L1 e Diretor da Fenametro, Narciso - OT/L5 e Diretor do Sindicato, Gustavo - AS/L1 e Diretor do Sindicato, Carlão - CCV/L2 e Diretor do Sindicato, Willian - OT/L1 e Diretor do Sindicato, Vania Maria AE/TTE e Diretora Sindicato, Maridalva OT/L1 e diretora do Sindicato, Ana Borguin AE/CNS e diretora do Sindicato, Flávio MTS/PIT e diretor do Sindicato, Messias AS/L3 e diretor do Sindicato, Ricardo Lourenço AS/L2 e diretor do Sindicato, Felipe Bisulli AE/CNS e diretor do Sindicato 16 Camila Lisboa AE/DEO e

diretora da Fenametro, Marisa OT/L1 e Diretora da Fenametro, Silva Alberto AE/LUZ e cipista, Miron - AE/SCZ, Herbert - AE/TTE, Alisson - OE/JQM, Durval - OE/LUZ, Luana Diniz AE/BTO, Elisabete Moraes - AE/VGO, Vitor Ribeiro - OT/L2, Cláudio Alves - OT/L2, Celso Martins - OT/L2, Caio Dorsa - AE/L2, Solange - AE/VTD e Diretora Fenametro, André Saraiva AS/L1, Peretti AS/L1 e Cipista, Isaac CCO, Julia Paz AS/L3, Camilo - AE/BFU e Cipista, Luisão - EPB e Vice Presidente Cipa, Nelsinho - EPB, Mariana Santos - AE/PSO, Ricardo - VPN/L2 e Cipista, Amoedo AS/L5 e Vice presidente da Cipa, Inacio - AS/L5, Marcel Giglio - AE/L15, Chiquinho - PCR/Not, Priscila Guedes AE/CPL, Eli Moraes AE/LUZ e Cipista, Letícia Freitas AE/TTE e Cipista, Eduardo Loeck AE/REP, Marcelo Fernandes AE/ANR, César Oliveira - OT/L1, Rodnei MAN/POT e Maria do Carmo - OT/L3 e Agnaldo (Zé Gotinha) VPL/PIT.

TESE DA ATITUDE METROVIÁRIA

TRANSPORTES

Não podemos aceitar que o sistema de trilhos seja dividido em várias empresas. É necessário uma única organização para o sistema como um todo.

Para isso é necessário também revogar as duas concessões em nome da CCR e restaurar o poder do Estado na gestão do sistema.

Assinam: Marcos Freire, Granito, Ivânia, Nailton, Edu Pacheco, Gelson, Amaral, Adagoberto, Marlene, Herrera, Raymundão (in memorian), Zilneide, Eraide, Bossini, Nelson Alves, Tânia.

TESE DO CHEGA DE SUFOCO VAMOS SEM MEDO

TRANSPORTES

MOBILIDADE NÃO É MERCADORIA/A LUTA CONTRA A DESTRUIÇÃO DO ESTADO

Além da luta nacional para reverter as contrarreformas do Temer, os metroviários têm que enfrentar o processo de privatização do metrô e todas suas consequências daninhas.

Doria na prefeitura e Alckmin no governo colocaram São Paulo à venda em uma onda privatista que atinge o conjunto dos serviços públicos. Um projeto que define em longo prazo a cristalização do modelo econômico que alimenta a desigualdade social no espaço. Os pobres, quem não têm dinheiro terão muito menos acesso à saúde, transporte, moradia, educação e segurança.

A fase do Plano Nacional de Privatização que atinge os serviços é realizada através das parcerias e concessões, que são piores que as privatizações “clássicas”, por que nestas o Estado e o Metrô dão “garantias” crescentes de lucratividade aos contratos e para piorar o patrimônio volta ao Estado depois de 20 ou 30 anos de uso/exploração (que é o seu tempo de vida médio), já obsoletos e com o conjunto dos equipamentos no

limite, tendo o Estado que arcar com sua modernização e reforma, este é modelo Light (empresa de energia carioca), como foi feito no início do século XX.

Sobre o ponto de vista de classe, privatização dos serviços deve ser encarada como um processo que engloba as concessões e parcerias, a terceirização e terciarização. Neste mecanismo de segregação social e espacial, a lógica privada do lucro é simples: quem não tem dinheiro não usa e não tem mobilidade. Esta dinâmica é potencializada ao extremo com os planos do capital de conjunto, as contrarreformas do Temer, que aumentam em muito o número daqueles e daquelas que “não têm dinheiro”. O resultado é a criação de verdadeiros “Bantustões” urbanos, locais segregados onde não tem nada de público e a violência é a lei.

Deste ponto de vista, lutar contra a privatização é lutar por uma visão de cidade e sociedade. É uma luta por um modelo de mobilidade urbana que prioriza o transporte público e coletivo de alta capacidade, integrando-o em uma rede aos de menor capacidade, sem concorrência entre eles. O traçado do modelo privado é pautado pela especulação imobiliária

(aqueles que têm dinheiro) e visa produzir uma cidade desigual e continuamente violenta.

A outra face do processo de privatização para garantir os lucros privados, é o ataque aos trabalhadores metroviários, que trataremos no ponto de Campanha Salarial, para reduzir a massa salarial. Porém a luta contra a privatização do Metrô deve ser uma luta articulada e unificada com todos os trabalhadores e trabalhadoras do Estado, sejam eles e elas ligadas ao governo ou à prefeitura e tendo como foco a defesa do direito dos usuários e do povo.

*Assinam: Sergio Renato PAT,
Dagnaldo L3, Paulo Carioca PAT,
PC PAT, Tiago Marcelino L3,
Hugo PAT, Athos Obras, Adelson
L1, Nilson PIT, Ricardo Abreu
PAT, Agnaldo (Batatinha) L5,
Peralta Aposentado, Esmael PAT,
Leandro PIT e Rafael ADM.*

TESE DO MOVIMENTO NOSSA CLASSE

TRANSPORTES

PRIVATIZAÇÃO TUCANA PARA GARANTIR O LUCRO DOS EMPRESÁRIOS

O programa de desestatização levado à frente por Alckmin tem como objetivo entregar o plano de expansão dos transportes para a iniciativa privada, avançando para a privatização das atuais linhas estatais. Através da precarização, sem garantir subsídios e cortando repasses das tarifas e atacando também as condições de trabalho dos metroviários com a terceirização.

Paralelamente, os recursos públicos são transferidos para a iniciativa privada, como foi o caso na L4 amarela da CCR. O mesmo consórcio que venceu o leilão das Linhas 5 e 17 a preço de banana. O modelo é o mesmo para as demais linhas em expansão, todas com as obras atrasadas. Resultado dos escândalos de corrupção dos cartéis, em troca do pagamento de propina e financiamento das campanhas eleitorais.

A CONCILIAÇÃO COM OS EMPRESÁRIOS DO PT

Fazendo um discurso de oposição, o PT propõe uma plataforma de conciliação com a iniciativa privada no transporte público. O atual

modelo das PPP's, apropriado pelo PSDB em SP, foi um projeto idealizado por Fernando Haddad, quando era ministro do governo petista. Os subsídios pagos pela prefeitura, tanto na gestão Haddad, como agora na gestão Doria, vão direto para as mãos dos empresários. O aumento da passagem, praticamente anual, entra dentro dessa lógica. Pois se trata dos recursos que os capitalistas necessitam para manter sua taxa de lucro cada vez maior.

Foi em 2013, com Haddad na prefeitura, que o aumento da tarifa em SP impulsionou uma série de manifestações massivas de resistência em diversas cidades e estados do Brasil, e ao contrário do que afirma a tese petista de que foram promovidas pela direita conservadora, o que se viu foram milhares de jovens nas ruas questionando a precariedade dos serviços públicos, em particular dos transportes, e que até hoje colocaram o caráter de conciliação de classes do petismo em xeque.

PROPOSTA:

- Unificar as lutas contra a privatização e o aumento da tarifa, denunciando o segredo comercial e exigindo a abertura dos livros de contabilidade das*

empresas, mostrando claramente para onde está indo o dinheiro que a população se sacrifica para pagar em impostos todos os anos.

- Atacar os lucros dos empresários! Pela estatização dos transportes sob controle dos trabalhadores e usuários, que teria como primeira medida um plano de expansão de obras públicas do transporte em SP, baseado principalmente na construção de mais linhas de metrô e trem para a população.*

Assinam: Marilia (OTM2- ITT, demitida 2014 e diretora do Sindicato); Guarnieri (OTM2- JAT, cipista L1 e diretor da FENAMETRO); Franciélton (oficial de manutenção, cipista PAT); Rodrigo "Tufão" (OTM1- JQM, cipista L1); Daniele (OTM2- JAT, cipista L1); William (Jovem Aprendiz- JQM, cipista L1); Alexia (Jovem Aprendiz- SÉ, cipista L3); Marin (OTM1- SÉ, cipista L3), Inácio (Oficial de Manutenção/ Pintura, cipista PAT); Aguiar (OTM1- BFU, demitido); Fernanda (OTM1- GBU, demitida 2014); Andressa (OTM2- JAT); Caroline (Jovem Aprendiz- JQM); Isabela (OTM 1- JQM, em treinamento JAT); Shigueko (OTM1- SCZ); Gabriela (OTM1- CDU); Filipe (OTM1- BTO); Fabricio (OTM1- DEO); André Pereira (OTM1- SÉ) e Reinaldo (Manutenção- POT).

TESE DA UNIÃO METROVIÁRIA

TRANSPORTES

MPL: A SERVIÇO DE QUEM?

A cada ano, temos uma tarifa mais cara e um serviço que vai deixando a desejar. Frente a isso, o valor da tarifa em cidades pelo Brasil afora é realmente cara, onde fica evidente que o lucro é a peça chave, sendo uma engrenagem de um mecanismo que forma o sistema que chamamos de transporte!

Em diversas cidades, protestos contra o aumento as tarifas começaram a ocorrer, promovidos por estudantes que, em desacordo com os governos, que a todo ano alegavam os altos custos do transporte, baseados em suas políticas de incompetência para a sociedade e visível favorecimento a empresários gananciosos!

Em São Paulo não foi diferente. Em março de 2011, protestos ocorreram e uma dessas manifestações foi parar na estação Anhangabaú da Linha 3-Vermelha, onde manifestantes do MPL – Movimento Passe Livre, juntamente com sua linha de frente, os chamados Black Blocs, tentaram invadir a estação, mas não com a ideia de simplesmente burlar o sistema, mas afrontar metroviários que ali se encontravam trabalhando, como se esses funcionários fossem os responsáveis pelo aumento da tarifa. O foco deles, além disso, era chamar a atenção da mídia! E conseguiram o feito.

O saldo dessa manifestação foram alguns metroviários atacados por uma chuva de pedras, garrafas, pilhas e ovos com tinta, numa manifestação em que o movimento dizia ser pacífica! E, imaginem se não fosse, o que teriam usado como arma, além do que foi citado?

Seguidas dessa manifestação, outras foram convocadas e no ano de 2013 ganharam força com apoio massivo da população, que fechou a Avenida Paulista. Na época, governo e prefeitura voltaram atrás no aumento.

Mas como o tempo é o senhor da razão, muitos perceberam que o ato em questão só visava uma questão: - tarifa zero para estudantes, onde no momento que a conseguiram, encerraram o ato que deixava de ser apartidário e passava a ser político!

Ano após ano, seguido de aumento após aumento, o MPL convocava os atos e ao chegar nas estações de metrô, acusava os seguranças do metrô de fascistas e cães do governo, como se nós fossemos os culpados pelo aumento da tarifa. Além disso, provocações, xingamentos e cusparadas, onde estimulavam o confronto, onde diversos manifestantes esperavam com suas câmeras para registrar qualquer situação para constranger os metroviários e chamar a atenção

da mídia! Esse é o papel do MPL: usar metroviários como bodes expiatórios para chamar a atenção da mídia, acreditando que assim poderão atingir o prefeito e governo!

Houve confrontos em várias estações do metrô, em destaque a estação Anhangabaú, onde um segurança foi atingido na testa por um cadeado! República, com diversos confrontos e seguranças machucados. E o pior episódio, na estação Consolação, onde agrediram metroviários, arremessaram picolés nos funcionários, invadiram a copa e destruíram armários, quebraram micro-ondas, além de jogar a refeição dos metroviários no lixo. Também tentaram acionar a mangueira do hidratante para dar um jato de água nos seguranças!

Neste ano de 2018 não foi diferente. No primeiro ato contra o aumento da tarifa, após serem dispersados pela polícia, causaram tumulto em São Bento, Pedro II, Brás e Bresser. Em Pedro II pisotearam um segurança ao invadir a estação. Em Bresser, a estação foi aberta para embarque após tumulto e um manifestante furtou um cadeado com corrente dos portões, onde houve outro confronto. Uma manifestante deu uma cabeçada em um segurança e quando começou outro confronto, mais um segurança machucado: ele quebrou a mão!



Por esse motivo, fica evidente qual a intenção deste movimento, como já citado acima: - Só querem holofotes e chamar a atenção! Não abrem mão do confronto, mesmo que para isso tenham que provocar a ação, para depois filmar e se colocarem como vítimas, quando na verdade, eles são os causadores e provocadores de toda a ação!

Se realmente estivessem dispostos a lutar pelo trabalhador como alegam, iriam propor como reivindicação que o empregador pagasse 100% da passagem ao funcionário, como nosso bilhete de serviço, por exemplo, ao contrário de 94% que os empresários pagam hoje! Essa seria uma bandeira justa a defender!

Percebiam que, ao apoiar tarifa zero, fazem exatamente o que o empresário mais quer: deixar de pagar a passagem a seus empregados. E com certeza, esse valor pago hoje (94%) não seria repassado ao funcionário e sim ficaria com o patrão! Logo, o MPL faz o jogo da burguesia e encanta quem acredita numa luta que só beneficia um lado!

Qualquer um é livre para defender aquilo que acredita e deve fazê-lo se tiver convicção disso, mas usar o nome de toda uma categoria em apoio a esse movimento é um erro. É necessário aprofundar essa discussão, pois ao dar apoio ao MPL e qualquer outro movimento extremista e deixar de lado parte da categoria (seguranças e OTMs que estão ali trabalhando e não são responsáveis pelo aumento, embora nos acusem de sermos), que são agredidos, coloca a direção do Sindicato numa situação difícil, pois como apoiar um movimento que agride metroviários?

Frente ao exposto, qual o sentido de apoiar um movimento que não agrupa em nada as demandas dos metroviários e ainda nos agride? A maior prova disso foi a greve do dia 18/01/2018 em que poderiam ter ido as ruas protestar, mas o fizeram no dia anterior, onde prova que a agenda deles em nada se iguala a nossa, a não ser pelo questionamento da tarifa!

Por isso, entendemos que essa discussão se faz necessária entre a

categoria e que não seja somente uma decisão da diretoria em dizer que apoia o MPL, além de usar o nome do Sindicato e da categoria junto a quem nos agride e ataca!

Assinam: Ricardo Nery OPS, Célia Andreia OPS, Rafaela Barbosa OPS, Fany Kelly OPS, Faion OPS Lino OPS, Riodo Lopes OPS Brandão OPS, Ricardo Rodrigues OPS, Marcelo Dalana OPS, Jordão OPS, Marcelo Santos OPS, Fernando Chagas OPS, Damasceno OPS, Iran Silva OPS, Luciano Célio OPS, Alberto Rocha OPS, Geraldo Ribeiro OPS, Andreea Silva OPS, Robson Silva OPS, Marcos Lisboa GNG, José Souza OPS, Elivio GMT MTS, Fernandes Neto Michel GLG, André Luiz MTV, Roberto Alves OPS, Sebastião José OPS, Sergio Luca OPS, Souza Fernando OPS, Quarizini OPS, Vitor Martins OPS, Leandro Queiroz OPS, Pretel OPS, Danilo Martins OPS, Everton OPS, Danilo Silva OPS, Flavia Souza OPS, Eduardo Yuji GRI-CTR, Marcelo Paroche CCV, James Tayti OPS, Tatiana Lima OPS, Almeida Junior OPS, Pavarin OPS, Cinthia Roberta OPS, Aparecido OPS e Juliana Oliveira OPS.

TRANSPORTES

Péssima qualidade dos transportes e valores fora da realidade da população, com os trabalhadores pagando

para trabalhar, é inviável uma condução a R\$ 4,00, querem realmente acabar com a classe trabalhadora.

*Assina: Milene Gonçalves Dias, ASMI,
5X2, Tis/Oratório turno manhã*

TESE ALTERNATIVA METROVIÁRIA, +MAIS E INDEPENDENTES

OPPRESSÕES

Foi-se o tempo em que se imaginava não haver espaço no movimento sindical para as discussões específicas das mulheres, LGBTs e negras e negros. Estes setores não só são os principais atingidos dos grandes ataques de governos e patrões, como também a vanguarda da classe trabalhadora na luta por direitos. É só observar as ultimas grandes lutas que movimentaram nosso país.

No 8 de Março de 2017, as mulheres saíram as ruas em mais um dia Internacional de Luta das mulheres. Mas, dessa vez, além das pautas por direitos civis e reprodutivos, encabeçaram também o

primeiro grande dia de luta contra a reforma da Previdência. Este ato, posteriormente, seria considerado o grande pontapé inicial da Greve Geral de 28 de Abril. No metrô, é importante registrar a histórica luta da Secretaria de Mulheres contra o assédio no meio de transporte, tema que foi muito presente nos últimos anos, sobretudo em 2017, quando a pauta esteve presente nas principais mídias do país.

Também foi bastante significativo o levante dos LBGTs contra a chamada “Cura Gay”. Em um período onde muitas figuras ultraconservadoras tem ganhado destaque, marchar publicamente

pelo direito de amar é uma prova de coragem que deve nos inspirar.

Para os negros e negras a exploração e necessidade de luta não são nem um pouco recentes. Sempre foram a “bucha de canhão” do capitalismo: desde seus primórdios, utilizados como mão de obra escrava possibilitando assim a revolução industrial, até a atualidade, onde ocupam majoritariamente os postos de trabalho que menos pagam, com menos acesso à direitos e sendo maioria nos presídios e na fundação casa.

Em contrapartida, assistimos a uma forte resistência destes que mais sofrem: vimos a greve dos

garis cariocas, os rolezinhos nos shoppings, as constantes denúncias e passeatas contra a violência policial (principalmente no RJ), a luta pela liberdade de Rafael Braga.

Todos estes elementos são provas concretas de que a luta dos oprimidos é luta fundamental da nossa classe. E isto não seria diferente na nossa categoria. A cada dia têm surgido novos ativistas metroviários querendo discutir, se organizar e militar pelas pautas identitárias.

A Secretaria de Mulheres, LGBT e de Negras e Negros devem ter autonomia pra elaborar políticas que possam contemplar estes setores e aproxima-los do Sindicato. Se o Sindicato se fechar para estas discussões, perderá muitos colegas da categoria. Pior, estes poderão ser ganhos pelo falso discurso de diversidade que o Metrô apresenta.

Para isto, a mudança deve começar internamente a diretoria do Sindicato. Atitudes machistas, Lgbtfóbicas e racistas jamais poderão

ser naturalizadas. Principalmente quando vindas de dirigentes sindicais. Neste sentido, as polemicas que possam surgir ao redor de casos deste tema, devem ser encarados como uma oportunidade de crescimento e aprendizado para diretores que não estão familiarizados com tais questões.

A opressão afastou e afasta muitos bons militantes que podem ser essenciais na luta contra os governos e direção da Cia. É importante que esta discussão esteja cada vez mais em nosso dia a dia militante.

Assinam: Raimundo Cordeiro OE/
BTO - Coordenador Geral
do Sindicato, Celso Borba
- AE/PSO - Presidente da
Fenametro, Altino - OT/L1 e Diretor
da Fenametro, Narciso - OT/L5 e
Diretor do Sindicato, Gustavo - AS/
L1 e Diretor do Sindicato, Carlão
- CCV/L2 e Diretor do
Sindicato, Willian - OT/L1 e Diretor
do Sindicato, Vania Maria AE/TTE
e Diretora Sindicato, Maridalva OT/
L1 e diretora do Sindicato, Ana
Borguin AE/CNS e diretora do
Sindicato, Flávio MTS/PIT e

TESE DO CHEGA DE SUFOCO VAMOS SEM MEDO

OPPRESSÕES

MINORIAS - FIM DE QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E OPPRESSÃO

O golpe contou com a participação de setores fascistas, fundamentalistas religiosos e conservadores, que tinham crescido à sombra do PT. A ofensiva contra os direitos e pelo reordenamento do estado veio articulada com a ofensiva ultraconservadora contra as liberdades democráticas e

individuais, contra a laicidade do Estado, a solidariedade aos excluídos. Seus alvos são os setores mais vulneráveis da sociedade, notadamente juventude negra das periferias, moradores de favelas e bairros pobres em geral, mulheres, comunidade GLBTs, os moradores de rua, os imigrantes, os indígenas e os quilombolas e comunidades tradicionais.

Pelo fim de todas as opressões e exploração sobre os mais vulneráveis e discriminados. São nossas

lutas, contra o machismo, o racismo, a Lgbtfobia, o antisemitismo, o antiislamismo, o preconceito contra religiões de matriz africana, a xenofobia e qualquer outra forma de discriminação e opressão.

*Assinam: Sergio Renato PAT,
Dagnaldo L3, Paulo Carioca PAT,
PC PAT, Tiago Marcelino L3,
Hugo PAT, Athos Obras, Adelson
L1, Nilson PIT, Ricardo Abreu
PAT, Agnaldo (Batatinha) L5,
Peralta Aposentado, Esmael PAT,
Leandro PIT e Rafael ADM.*

TESE DO MOVIMENTO NOSSA CLASSE

OPPRESSÕES

Em defesa da subcomissão de saúde e proteção às mulheres nas CIPAs

As mulheres sofrem com assédios nos transportes públicos, em especial nos trens superlotados do Metrô de SP. Também são conhecidos os casos de assédio sexual e moral que sofrem as trabalhadoras terceirizadas da limpeza, as Jovens Aprendizes e também as metroviárias efetivas. O Metrô nas suas CIPAs vem impedindo a formação da Subcomissão que já foi aprovada por duas gestões da CIPA da L1 e posteriormente boicotada pela empresa, ferindo a NR5. A empresa vai na contramão do que expressa a organização de

mulheres ao redor de todo mundo e também no Brasil, com a “primavera feminista”, colocando no centro a questão da violência que sofremos cotidianamente.

PROPOSTA:

- *- Uma campanha central em defesa da subcomissão, com intelectuais, figuras e denunciando para a mídia e toda a população a atitude da empresa conivente aos ataques aos direitos das mulheres.*

•
Assinam: Marilia (OTM2- ITT, demitida 2014 e diretora do Sindicato); Guarnieri (OTM2-

JAT, cipista L1 e diretor da FENAMETRO); Franciélton (oficial de manutenção, cipista PAT); Rodrigo “Tufão” (OTM1- JQM, cipista L1); Daniele (OTM2- JAT, cipista L1); William (Jovem Aprendiz- JQM, cipista L1); Alexia (Jovem Aprendiz- SÉ, cipista L3); Marin (OTM1- SÉ, cipista L3), Inácio (Oficial de Manutenção/ Pintura, cipista PAT); Aguiar (OTM 1- BFU, demitido); Fernanda (OTM1- GBU, demitida 2014); Andressa (OTM2- JAT); Caroline (Jovem Aprendiz- JQM); Isabela (OTM 1- JQM, em treinamento JAT); Shigueko (OTM1- SCZ); Gabriela (OTM1- CDU); Filipe (OTM1- BTO); Fabricio (OTM1- DEO); André Pereira (OTM1- SÉ) e Reinaldo (Manutenção- POT).

TESE DA UNIDOS PRA LUTAR

OPRESSÕES

EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO: DUAS CARAS DA MESMA MOEDA

Com o aumento das lutas em nosso País e no mundo, setores oprimidos da sociedade também vão às ruas, como é o caso do movimento GLBTI, que há mais de uma década nas chamadas “paradas gay” reúnem centenas de milhares de pessoas contra o preconceito dos seus colegas e familiares como a discriminação por parte das empresas, poder público, agressões e assassinatos de homossexuais, por intolerância.

Em 2017, em mais de 40 países, mulheres trabalhadoras tomaram as ruas para gritar: “Se as nossas vidas não importam, que produzam sem nós”, combatendo a política do ajuste fiscal. O ano de 2017 foi marcado pelo grande levante feminista classista, desde os Estados Unidos, com a vitoriosa Marcha de Mulheres contra Donald Trump, e na América

Latina, sob a consigna do “Nem Uma a Menos”.

Aqui no Brasil o calendário de lutas se iniciou com a “Primavera Feminista”, quando as mulheres se levantaram contra Cunha e impulsionaram mobilizações de março até a greve geral de 28 de abril de 2017, e no segundo semestre o Dia Latino-Americano e Caribenho de Combate à Violência Contra a Mulher botou a caravana de mulheres trabalhadoras na rua novamente.

O movimento feminista brasileiro, que viveu um refluxo nos 13 anos do governo do PT, e que agora presencia o aprofundamento dos ataques, aplicados por Temer (com a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a lei das terceirizações amplas, a PEC 181, etc.), agora é impulsor das lutas da classe trabalhadora.

As mulheres trabalhadoras sofrem com dupla jornada, pois devem cumprir sua jornada de trabalho e depois estão “obrigadas”

a cumprir outra jornada pelos deveres impostos pela sociedade, seja cuidar da casa, da faxina, dos filhos etc. Já no ambiente de trabalho ganham menos que os homens nas mesmas funções, têm menos promoções e sofrem assédio moral e sexual, muitas vezes de forma descarada, por parte dos chefes. O feminicídio é o maior grau da violência contra a mulher, mas se expressa no dia a dia com os inúmeros casos de violência doméstica, estupro, assédio sexual no trabalho e nos meios de transporte coletivo.

A discriminação contra os negros e as mulheres não é apenas um problema de tradição ou de costumes. Trata-se de um preconceito semeado pelo sistema capitalista por meio das escolas, das igrejas, da TV, da mídia. Esse preconceito de que os negros são inferiores e que as mulheres são seres inferiores são uma poderosa ferramenta do capitalismo e da burguesia para subjugar mais da metade da classe trabalhadora do

País em uma situação ainda pior e de maior exploração que a do trabalhador branco, já bastante explorado pelo patrão e pelo governo.

Estamos convencidos que em 2018, aqui e no mundo, podem se repetir e aumentar as lutas de vários setores sociais que confluam numa luta única contra a exploração e a violência às mulheres, contra o governo Temer, contra as reformas, contra as privatizações, contra a exploração capitalista, contra Trump e suas multinacionais que invadem o mundo para nos explorar e sugar recursos naturais.

Por isso, o Sindicato dos Metroviários deverá dar grande destaque na preparação do 8 de março, tanto na realização do ato em São Paulo, como nas atividades na semana do Dia Internacional da Mulher, com palestras, debates e material para a categoria e para o público em geral.

Assinam: Alex Fernandes OTMI L3, Rodrigo Armando (Puff) PCR, Tito VPN L1, Margarete Arantes ASMI L3 aposentada, Rodolfo Molitor OT L3, Marcelo Soares ASMI L3, Giba OT L3, Rafael Silva OT L3, Erick Vieira OT L3, Juliana

Thais TSM PAT, Gomes Junior CST L3, Juarez Lima OTM L1, Wilson Pinheiro TSM, Cadol OTMI L3, André (Alface) TSM, Rafael Guimarães OT L3, Isaac da Silva Santos OT L3, Mori OTM3 L5, Liduína OTMII L5, Daniel Seiji OT L2 demitido, Felipe Prado ASMI L2, Maria do Carmo OT L3, Kátia Fidelis OTMII L5, Daniel CCO, José Silvano OT L3, Montoya PAT, João Pedro OTMI L3, José Felipe de Oliveira Guimarães OT L2, Kleber Vieira TSM L5, Aparecido Lima OT L3, Fabinho RES L5, Wilson Malaquias OTM2 L1 e Richieri OT L2.

OPPRESSÕES

POR UM METRÔ SEM LGBTFOBIA

Em 2008, os metroviários LGBTs conseguiram, depois de oito anos de discussão, incluir seus companheiros e companheiras no plano de saúde do Metrus e no seguro de vida do Metrô.

Mas só isso? Ah, direito a tirarem férias juntos, mas só se não “Houver prejuízos ao bom andamento dos serviços”, isto está em P.O.

Mas queremos mais, muito mais! Queremos igualdade e respeito do Metrô e dos colegas de trabalho. Queremos o fim das inúmeras piadas e comentários homofóbicos. Piadas que naturalizaram a chacota aos LGBTs, a discriminação e até a invasão de privacidade. Muitos desses trabalhadores e trabalhadoras são vistos pela sua identidade de gênero e orientação sexual, que

colocam seu profissionalismo em segundo plano.

O machismo que afeta as mulheres metroviárias é o mesmo que atinge a população LGBT. Machismo que agride e mata no cotidiano de nosso trabalho, a exemplo do assassinato do ambulante Luiz Carlos Ruas na estação Pedro II. Outro companheiro metroviário estava com seu namorado dentro de um trem e torcedores o agrediram. Ninguém foi punido e sabem por quê? Não há lei em nosso país que criminalize a LGBTfobia.

Enossos treinamentos na Cia? Um horror! “SGs que se referem aos usuários LGBTs como: “aqueles casais que frequentam a estação REP GAY”;” vocês podem querer atuar, mas “eles “estão protegidos pelos “Direitos Humanos”“Cadê a Companhia que não forma sua supervisão e seus instrutores”?

Por esta realidade ultrapassada nas relações de trabalho que

temos as seguintes propostas para mudar esta realidade dos trabalhadores (as) LGBTs no metrô:

- 1 – Que haja treinamento e preparo aos supervisores e instrutores que atuam na formação dos novos e regressos funcionários, para uma postura de inclusão e acolhimento à diversidade. Que não haja a prática de estereótipos que segregam e discriminam pessoas e trabalhadores. Um supervisor e instrutor não podem usar expressões que ofendam, discriminem ou expressem conteúdos lgbtfóbicos.*
- 2 – Que a comissão da diversidade tenha maior atuação junto aos seus funcionários (as) LGBTs e na política de inclusão e treinamento para todos (as) trabalhadores (as) metroviários.*
- 3 – Que o Sindicato aprofunde*



as discussões em debates, palestras, seminários e oficinas sobre a questão LGBT.

- *4 – Que haja sempre interlocução com movimentos sociais que lutam e desenvolvam ações*

no combate a LGBTfobia.

- *5 – Que a discussão de gênero e machismo, como propulsor das diversas opressões às mulheres, negros e negras assim como aos LGBTs, seja temática constante*

no debate da estrutura das violações aos direitos humanos de populações mais vulneráveis.

Assina: Marcos Freire

POLÍTICAS PARA MULHERES, NEGROS E DIVERSIDADE SEXUAL

Criar uma sala para as Mulheres, no Sindicato, para elas serem

acolhidas, ouvidas, onde sintam que podem confiar que terão suas solicitações atendidas.

Palestras e Eventos, que atendam as solicitações dos grupos específicos.

Assina: Milene Gonçalves Dias, ASMI,
5X2, Tis/Oratório turno manhã

OPPRESSÕES

TESE DA ALTERNATIVA METROVIÁRIA, +MAIS E INDEPENDENTES

CAMPANHA SALARIAL E PLANO DE LUTAS

Hoje o capitalismo vive um dos seus piores momentos e uma das suas piores crises. Esse sistema que produz extremas desigualdades, para se salvar da crise, precisa aumentar o nível de exploração dos trabalhadores, privatizar o patrimônio público, cortar investimentos sociais e atacar os direitos dos trabalhadores. É nesse cenário que teremos mais uma Campanha Salarial.

A direção do Metrô e governo Alckmin tenta implementar a todo custo a reforma trabalhista e ampliar a terceirização em todos os setores:

- *Avança a entrega das bilheterias e com a nova chefe do OPE que demonstra total despreparo e incompetência, implanta uma gestão com perfil autoritário e truculento, além de estar alinhada ao plano de estruturação da empresa para entregá-la à iniciativa privada.*
- *A Segurança com número de*

ASs insuficientes é forçada a enfrentar as consequências da crise econômica com a falta de emprego e aumento dos ambulantes.

- *No Tráfego a empresa tenta priorar as condições de trabalho e implantar trens sem OTs.*
- *Na Manutenção os planos de “reestruturação” tem como objetivo terceirizar várias atividades e retirada de direitos como a Periculosidade.*
- *A Privatização da L5 e L17, demonstra o grau de desespero e do que eles são capazes, conduzindo um leilão de cartas marcadas até o fim, num grau de cinismo absurdo.*

A categoria tem resistido heróicamente, mas a privatização e terceirização avançam mostrando a necessidade de unificar a luta.

Na última Campanha Salarial a empresa não conseguiu impor

sua agenda de reduzir direitos como a retirada da periculosidade e teve que voltar o pagamento os steps. Reivindicações históricas como a equiparação dos Oficiais de Instalações e GLG, e participação dos ASs no concurso interno podem se concretizar com a luta. Garantimos a meia hora remunerada de refeição, as jornadas noturnas da Manutenção com no máximo 7 horas, escala 4x2x4 e 6x1x3x4, além de outras.

Em defesa dos direitos mais gerais da classe trabalhadora fizemos 2 greves em 15/março e 28/abril contra as Reformas do Governo Temer e do Congresso Corrupto. Diante da legitimidade dessas lutas nenhuma das 2 greves foram consideradas abusivas. A unidade dos trabalhadores em nível nacional impediu que o governo aprovasse a Reforma da Previdência. No entanto sofremos alguns ataques que só a luta pode reverter.



POR ISSO, PROPOLOS:

- **Não à Privatização e Terceirização!**
- **Ampla campanha em defesa do Metrô público e estatal de qualidade rumo a tarifa zero, intensificar a Carta Aberta e articular um fórum com o movimento sindical, social, popular, personalidades, intelectuais, etc.**
- **Participar e impulsionar as lutas contra as Reformas e ataques dos governos!**
- **- Avançar no debate sobre a abertura de catraca na categoria!**
- **Pendências da Campanha Salarial: reintegração dos demitidos, equiparação dos oficiais de instalações e GLG, participação dos ASSL nos concursos da GOP.**
- **PR igual e Equiparação Salarial!**

- **Plano de Carreira da Manutenção!**
- **Defesa da Periculosidade e do Metrus!**
- **Estabilidade já!**

Assinam: Raimundo Cordeiro OE/BTO - Coordenador Geral do Sindicato, Celso Borba - AE/PSO - Presidente da Fenametro, Altino - OT/L1 e Diretor da Fenametro, Narciso - OT/L5 e Diretor do Sindicato, Gustavo - AS/L1 e Diretor do Sindicato, Carlão - CCV/L2 e Diretor do Sindicato, Willian - OT/L1 e Diretor do Sindicato, Vania Maria AE/TTE e Diretora Sindicato, Maridalva OT/L1 e diretora do Sindicato, Ana Borguin AE/CNS e diretora do Sindicato, Flávio MTS/PIT e diretor do Sindicato, Messias AS/L3 e diretor do Sindicato, Ricardo Lourenço AS/L2 e diretor do Sindicato, Felipe Bisulli AE/CNS e diretor do Sindicato 16 Camila Lisboa AE/DEO e diretora da Fenametro, Marisa

OT/L1 e Diretora da Fenametro, Silva Alberto AE/LUZ e cipista, Miron - AE/SCZ, Herbert - AE/TTE, Alisson - OE/JQM, Durval - OE/LUZ, Luana Diniz AE/BTO, Elisabete Moraes - AE/VGO, Vitor Ribeiro - OT/L2, Cláudio Alves - OT/L2, Celso Martins - OT/L2, Caio Dorsa - AE/L2, Solange - AE/VTD e Diretora Fenametro, André Saraiva AS/L1, Peretti AS/L1 e Cipista, Isaac CCO, Julia Paz AS/L3, Camilo - AE/BFU e Cipista, Luisão - EPB e Vice Presidente Cipa, Nelsinho - EPB, Mariana Santos - AE/PSO, Ricardo - VPN/L2 e Cipista, Amoedo AS/L5 e Vice presidente da Cipa, Inacio - AS/L5, Marcel Giglio - AE/L15, Chiquinho - PCR/Not, Priscila Guedes AE/CPL, Eli Moraes AE/LUZ e Cipista, Letícia Freitas AE/TTE e Cipista, Eduardo Loeck AE/REP, Marcelo Fernandes AE/ANR, César Oliveira - OT/L1, Rodnei MAN/POT e Maria do Carmo - OT/L3 e Agnaldo (Zé Gotinha) VPL/PIT.

TESE DA ATITUDE METROVIÁRIA

PLANO DE LUTAS

Com o cenário de reformas e ataques da empresa o Sindicato deve montar uma subseção do DIEESE para elaborar estudos sobre tempos de trabalho, políti-

ca salarial, produtividade e uma nova proposta de participação nos resultados.

Assinam: Marcos Freire, Granito,

Ivânia, Nailton, Edu Pacheco, Gelson, Amaral, Adagoberto, Marlene, Herrera, Raymundão (in memorian), Zilneide, Eraide, Bossini, Nelson Alves, Tânia.

TESE DA UNIÃO METROVIÁRIA

PLANO DE LUTAS

DOAÇÕES FEITAS PELO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS!

Como é do conhecimento de todos, a direção do Sindicato divulgou o orçamento para o ano de 2018 com a previsão de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em doações. E segundo um diretor do Sindicato, no ano passado a previsão era de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), onde as doações, segundo esse dirigente, não teriam passado dos R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Mas o que de fato chama a atenção são metroviários demitidos com processos na Justiça tentando retornar à empresa (inclusive de um segurança que rifou sua moto para custear um plano de saúde para sua esposa), não tem apoio algum da direção do Sindicato!

Para se ter uma ideia, um inte-

grante do motoclube afirmou que o Sindicato doou R\$ 1.000,00 (mil reais) para fazerem um churrasco. E não para por aí! Existem outras doações que deveriam passar pelo crivo da categoria e não por decisão da direção do Sindicato. Ou ao eleger os dirigentes do Sindicato, entregamos um cheque assinado em branco?

Existem lutas que são justas e importantes, mas se nem os nossos, que se encontram numa situação difícil auxiliamos, qual o sentido de doações a entidades e órgãos de toda sorte? É preciso um estudo minucioso e um critério para efetuar essas doações e com a aprovação da categoria, afinal, somos nós metroviários que mantemos o Sindicato e nada mais justo que a nós seja atribuída a avaliação de casos específicos, como doações sem sentido para movimentos, inclusive o estudantil, entre eles, o próprio MPL!

Assinam: Ricardo Nery OPS, Célia Andreia OPS, Rafaela Barbosa OPS, Fany Kelly OPS, Faion OPS Lino OPS, Riodo Lopes OPS Brandão OPS, Ricardo Rodrigues OPS, Marcelo Dalana OPS, Jordão OPS, Marcelo Santos OPS, Fernando Chagas OPS, Damasceno OPS, Iran Silva OPS, Luciano Célio OPS, Alberto Rocha OPS, Geraldo Ribeiro OPS, Andrea Silva OPS, Robson Silva OPS, Marcos Lisboa GNG, José Souza OPS, Elvio GMT MTS, Fernandes Neto Michel GLG, André Luiz MTV, Roberto Alves OPS, Sebastião José OPS, Sergio Luca OPS, Souza Fernando OPS, Quarizini OPS, Vitor Martins OPS, Leandro Queiroz OPS, Pretel OPS, Danilo Martins OPS, Everton OPS, Danilo Silva OPS, Flavia Souza OPS, Eduardo Yuji GRI-CTR, Marcelo Paroche CCV, James Tayti OPS, Tatiana Lima OPS, Almeida Junior OPS, Pavarin OPS, Cinthia Roberta OPS, Aparecido OPS e Juliana Oliveira OPS.

TESE DA UNIDADE E LUTA E INDEPENDENTES

CAMPANHA SALARIAL

Com unidade da direção a categoria lutou em 2017 e se prepara para a Campanha Salarial.

Estamos há pouco mais de um ano na diretoria do Sindicato, iniciada com o desafio de uma gestão colegiada e composta por várias linhas de pensamento e, nesse contexto, a unidade foi o caminho para garantir a resistência e a participação nas lutas gerais contra os ataques dos governos.

Desde a greve de 2014 a categoria questionava a ação do Sindicato e não confiava em sua capacidade de mobilização para enfrentar os ataques da empresa, e com isso perdeu alguns direitos importantes, como a data de pagamento e o adiantamento do 13º, sem nenhum movimento significativo de resistência a esses ataques.

Com o golpe que destituiu a presidente Dilma e colocou Temer na presidência da República, estabeleceu-se uma agenda regressiva nos direitos sociais e democráticos do povo brasileiro. Além disso, o governo de São Paulo também retoma com força a retirada de direitos e o processo privatizante.

A proposta de unidade que prevaleceu na diretoria se refletiu na base dos metroviários e fizemos

uma greve no dia 15 de março de 2017, que foi decisiva para a realização da greve geral em 28 de abril desse mesmo ano. Esta unidade também permitiu uma mobilização e uma negociação na Campanha Salarial que permitiu avançar em conquistas que estavam pendentes há anos (como steps e reenquadramentos) e garantiu, depois de muitos anos, a assinatura de um acordo específico de jornada de trabalho, pelos próximos 2 anos, que garante a intrajornada e as escalas de trabalho nas áreas.

Mas a mais recente prova de que a unidade é o caminho para enfrentar as dificuldades que a conjuntura nos impõe foi a greve contra a privatização das linhas 5 e 17, realizada em 18/1 deste ano. Mesmo com o ataque monstruoso que se impôs com a privatização, a categoria e a direção do Sindicato acertou em denunciar o leilão de cartas marcadas e através da greve, dar visibilidade à denúncia que fizemos, colocando Alckmin e a direção da empresa tentando explicar a inexplicável vitória da CCR no leilão de 19 de janeiro.

Ninguém precisa abrir mão de suas posições para fazer a unidade, mas precisa respeitar as opiniões diferentes e buscar a uni-

dade onde há convergência. Não se pode subestimar a categoria e é preciso parar com a prática de alguns grupinhos que fazem propostas mirabolantes, com o único e claro objetivo de se diferenciar e se autoproclamar revolucionário.

A Campanha Salarial deste ano será ainda mais complexa. O momento é difícil, e se depender dos governos Temer e Alckmin poderá ser ainda pior. Nova legislação trabalhista, terceirização das bilheterias, novas ameaças de privatização. Enfim, a diretoria do Sindicato, os ativistas e toda a categoria terá que se preparar para construir uma Campanha Salarial que unifique os metroviários na defesa do nosso Acordo Coletivo e das conquistas contidas nele.

Assinam: Wagner Fajardo, Kobori, Salaciel, Almir Castro, Godoi, Cesar Amaral, Cidão, Maruzan, Roberto Campos, Rosa Anacleto, Silvia Eneida, Diego Pereira, Alberto Carlos, Auro Agostinho, Eunice Eulália, Flaviane, Hipólito Antonio, Jeanice Barbosa, Lourival Aguiar, Márcio Diniz, Ricardo Santos (Pelé) e Wagner Lemos.

TESE DA UNIDOS PRA LUTAR

CAMPANHA SALARIAL

PLANO DE LUTAS

UNIDADE DOS METROVIÁRIOS PARA RESISTIR AOS ATAQUES E AVANÇAR NAS CONQUISTAS

A categoria vem demonstrando uma insatisfação não só com a empresa mas também com os rumos do Sindicato e tem cobrado da diretoria para que faça um bom trabalho de base. Precisamos lutar para impedir a privatização, reverter as terceirizações, garantir os direitos previstos no Acordo Coletivo, reintegrar todos os metroviários e entrarmos em nossa Campanha Salarial com força para buscar as equiparações salariais, steps, progressões, rumo a um plano de carreira sem diferença salarial no mesmo cargo, acabar com a subjetividade das avaliações de desempenho, entre outros itens de nossa Pauta de Rei-

vindicações. Inclusive devemos abordar direitos que a reforma trabalhista tenha reduzido na CLT.

Devemos ficar atentos com as pegadinhas que a empresa faz nas propostas de Acordo Coletivo, uma delas, já antecipada pela empresa: o Metrô quer que a categoria aceite um aditivo de acordo de escalas, o qual institui para as Linhas 5 e 15 a 4x1x4x3 noturna e abre brecha para a extinção da escala 4x2x4.

Vale ressaltar que nós já temos em vigor um acordo de jornada, com validade até 2019, no qual constam todas as escalas. Inclusive tem especificada a 4x1x4x3 manhã e tarde, ou seja, não há nenhuma lógica em aceitar um aditivo que institui uma escala que visa acabar com a 4x2x4 e reduzir quadro de funcionários.

Diante disso, este Congresso deve ter uma resolução de que os metroviários não aceitam nenhum aditivo de acordo que institua a 4x1x4x3 noturna e tenha objetivo de piorar o que já conquistamos. A Companhia também quer impor banco de horas e acabar com qualquer tipo de pagamento de horas extras, também temos que ter uma resolução em que não aceitamos nada além da regulamentação dos códigos 042/043; que não haja nenhum ponto que vise implantação de banco de horas.

As lutas por mais contratações, pela reintegração de todos os metroviários e a batalha contra a privatização, devem ser os temas centrais de nossa Campanha Salarial. Para termos melhores salários, melhores condições de trabalho e que a população tenha um trans-

porte de qualidade temos que defender nossa empresa pública das garras desses corruptos do PSDB.

Portanto, a unificação de nossa Campanha com os ferroviários e a mobilização da categoria são fundamentais para preparamos os trabalhadores para derrotar esse governo, construir na base a organização da greve como o último recurso da negociação e, para isso precisamos inovar em nossas formas de luta, há anos estamos ensaiando a liberação de catracas. Quem sabe antes de nossa greve, como forma de pressão organizamos a liberação de catracas em algumas estações escolhidas pelos trabalhadores?

Essa discussão deve ser feita a fundo com os metroviários para construirmos a real possibilidade de executar esta ação. Mais que isso, devemos pensar em outras formas de mobilização ao longo da Campanha, como ocupação de alguma estação com barracas, greve de ocupação, almoço nas plataformas (como já feito antigamente), paralisações “pipocas” durante o dia, até nariz de palhaço se for necessário usar temos que adotar. Tudo que dê repercussão e seja diferente das já tradicionais formas de lutas que temos.

*Assinam: Alex Fernandes OTMI L3,
Rodrigo Armando (Puff) PCR,*

TESE DO CHEGA DE SUFOCO

VAMOS SEM MEDO

PLANO DE LUTAS

UNIDADE CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, PELA REVERSÃO DAS PRIVATIZAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES

O golpe representou uma rearticulação de instituições do regime da “democracia burguesa”. A mídia comercial, o judiciário, todo o sistema repressivo, ganharam novos pesos específicos e na articulação e efetivação dos poderes da “democracia dos ricos”, abrindo uma nova fase para a luta da classe trabalhadora no geral e para os metroviários em particular, onde a luta para reverter a correlação de forças deve estar no centro da estratégia geral do Sindicato.

UNIDADE PARA LUTAR

As três últimas greves demonstraram categoricamente a importância da unidade para a luta metroviária. A tática rupturista ficou questionada, quando todas as forças tiveram que ir para o piquete, e vimos claramente que “uma força sozinha não faz verão”, que a unidade não é um luxo e por isso deve ser cultivada com palavras e ações. A realidade se impõe a vontade individual.

Porém a unidade pra lutar não significa acordo em tudo, tanto que neste Congresso vemos três posições claras e muito diferentes em suas histórias, práticas e estratégias. Na verdade se não tivessem diferenças não era necessária a unidade, pois estaríamos todos juntos e fundidos. Qualquer iniciativa que este Congresso vote será letra morta se não houver unidade para aplicá-la. A pior derrota que poderíamos sofrer seria julgarmos nossas diferenças maiores do que as que temos com o inimigo.

UNIDADE COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS E POLITIZAÇÃO DAS LUTAS

A luta contra as reformas de Temer deixou clara a necessária unidade entre os Sindicatos e o movimento popular. Para os metroviários esta visão estratégica da unidade com os movimentos sociais é decisiva, porque o processo de privatização da mobilidade urbana é um projeto de cidade, que também atinge a base destes movimentos. A cidade fragmentada, desigual e violenta é a resultante

deste projeto. Nela os pobres e a periferia são continuamente privados de seus direitos. A guerra declarada contra a juventude pobre, majoritariamente negra, a criminalização das suas lutas tem como objetivo impor esse modelo.

A luta em defesa dos interesses dos metroviários é necessariamente uma batalha em unidade com usuários do metrô e principalmente com a população que necessita do metrô e é excluída continuamente devido a este modelo privatista. Os metroviários sozinhos podem resistir a este processo, mas a realidade está comprovando que não consegue barrá-lo.

A luta sindical em defesa do salário e do acordo coletivo tem esse pano de fundo político. Por isso as “cartinhas” do GRH quando fizemos a greve contra a privatização foram tão raivosas contra o “caráter político da greve”. Classicamente os donos e gestores do poder tentam manter o movimento sindical no campo econômico e corporativo. Esta é a fórmula de dominação em larga escala. Eles sabem que nesse campo restrito, com o tempo seremos derrotados. Aí também aparece com mais clareza o papel daninho e de quinta coluna, do UM.

CAMPANHA SALARIAL

EM DEFESA DO ACORDO COLETIVO E PELA READMISSÃO DOS DEMITIDOS

Na Campanha Salarial de 2018 além de enfrentar as consequências do processo de privatização, também enfrentaremos a reforma trabalhista na prática.

Teremos que discutir com os metroviários que, com a determinação do “negociado sobre o legislado” contido na reforma trabalhista, será necessário fazermos uma Campanha Salarial mais forte para mantermos nosso acordo coletivo. Por outro lado, o fim da ultratividade também nos coloca em situação delicada, devido o perigo de ficarmos sem acordo e à mercê da “lei” em caso de não assinatura de um novo acordo coletivo ao final das negociações, isso por que a ultratividade garantia o acordo assinado no ano anterior em caso de impasse.

Na Campanha do ano passado já sentimos o gosto dos ataques que nos espera em 2018. Muito provavelmente a direção do Metrô repetirá a tática de apresentar previamente uma pauta negativa draconiana atacando o Acordo Coletivo, procurando pautar as negociações em torno de retiradas de direito.

Nós devemos preparar a Campanha para defender e melhorar o Acordo Coletivo e colocar em primeiro plano a questão dos demitidos, demonstrando ofensivamente o absurdo (improbidade) das medidas jurídicas protelatórias da direção do Metrô.

As lutas recentes já provaram

o primeiro ponto para enfrentar esses ataques é sair do Congresso com todas as forças contrárias à privatização unidas para essa luta. Vimos com clareza que a base sente muito mais segurança quando vê a direção unida. Nossas diferenças estão postas, mas vamos precisar de todo mundo, como dizia a música, para girar para base e fazer estas discussões políticas, totalizando cada ataque mostrando que ninguém está imune, trazer exemplos e argumentos para os ativistas enfrentarem politicamente a direita de cabeça erguida.

Ir para base com um programa de luta comum é o segundo ponto fundamental para este enfrentamento. Reunião por área, mini-setoriais relâmpago, reunião de setores atacados, arrastões na linha, todas estas formas de reunião ampla, e outras que surgirão, serão necessárias para organizar e politizar a luta. Um primeiro movimento unitário junto à base pode ser uma Grande Campanha de filiação, com uma cartilha comprando a polêmica política com a direção da empresa e com o governo. Uma Campanha que inicie logo depois do Congresso e vá até final de abril, no começo da Campanha Salarial, que arme os ativistas de argumentos e organize o “giro à base”.

As Setoriais devem ser encaradas como um momento de primeira importância da organização da luta. É necessário que sejam bem preparadas, se possível com uma Reunião de Base prévia que organize a pauta com os temas

gerais, mas também com os temas das áreas que devem ter encaminhamento de imediato.

As assembleias são os momentos máximos de democracia do movimento, mas são também momentos fundamentais da mobilização da categoria. Uma assembleia de metroviários lotada é em si uma força capaz de inverter algumas demandas, elas são uma forma de luta das mais importantes e assim devem ser encaradas nesta Campanha Salarial.

Uma assembleia massiva é decisiva para a deflagração de uma greve. Neste sentido, não podemos cometer o erro de “queimar” este instrumento de luta, marcando dezenas de assembleias ou transformando-as em palco de disputas ou marcação de posições. Nada desgasta mais a base que vai às assembleias que as dezenas de falas repetitivas. O caráter de impacto de nossas greves (diferentemente de uma greve de professores, por exemplo, que pode iniciar relativamente fraca e depois de uma semana ir se encorpando) que necessita ser forte já em seu início, faz de nossas assembleias o momento chave da luta.

Assinam: Wilsão PAT, Adelson L1, Dagnaldo L3, Laercio Obras, Mercadante ADM, Leandro PIT, Peralta Aposentado, Batatinha L5, Nilson PIT, Rosana PAT, André Soares (Cabello) L5, Joãozinho PAT, Pasin CCO e Marcelão EPB (Demitido).

PLANO DE LUTAS E CAMPANHA SALARIAL

Diante da atual conjuntura é fundamental uma política que unifique os trabalhadores dos transportes com a população. Não somente durante o período de campanhas salariais nas categorias, como nas batalhas as quais os metroviários devem participar como setor estratégico da classe trabalhadora para responder os ataques dos governos, como a reforma da Previdência e a política de privatização. Por isso defendemos uma atuação não corporativa na categoria, através da organização pela base, tentando construir um novo tipo de sindicalismo.

PROPOSTAS:

- *Unificar a luta contra a privatização, terceirização e o aumento da passagem, por meio de uma campanha de denúncia a partir das cartas abertas, mas principalmente levantando a necessidade de um novo método de luta junto à população através da liberação de catracas.*
- *Chamar a construção de um encontro com delegados eleitos na base de todas as categorias dos setores de transporte para unificar as reivindicações específicas de cada categoria e poder propor ações em conjunto para o período da Campanha Salarial, que permita derrotar Doria e Alckmin em SP.*
- *Construção de comissões sindicais de base em cada área*

para fortalecer a luta em defesa dos nossos direitos conquistados e pelas reivindicações pendentes das últimas campanhas salariais: PR igualitária, equiparação salarial, mobilidade no concurso interno para todas as áreas, aumento do quadro de funcionários, defesa da periculosidade e do plano de saúde e Previdência da Metrus.

EFETIVAÇÃO DOS JOVENS APRENDIZES

Os Jovens Aprendizes representam um setor da juventude trabalhadora que ganha um salário pífio e são submetidos a agressão, condições precárias de trabalho, assédio, desrespeito e discriminação de direitos por nossos cargos, enquanto a Cia. massacra a categoria retirando direitos fundamentais para o exercício da função. O avanço da terceirização das bilheterias, os casos de assaltos e de valores de caixa menor exorbitantes estão diretamente relacionados. Submeter pessoas sem treinamento a uma função que exige extremo cuidado e técnica por salários extremamente baixos, menores do que um salário mínimo, é uma forma eficaz de destruir o sistema metroviário rapidamente.

Desde o começo do contrato os Jovens Aprendizes vêm se mobilizando em defesa dos seus direitos, inclusive os sindicais. Em assembleia foram com peso

para defender seu direito a sindicalização e de participar das decisões da categoria. E é um setor que segue na luta, estão se organizando com o abaixo-assinado para pressionar a Cia. a fornecer o transporte fretado até o SENAT. A instituição fica localizada numa área de difícil acesso, submetendo os funcionários a assédio, assaltos e até atropelamentos no trajeto. Além disso, na CIPA foram eleitos nas Linhas Azul e Vermelha e atualmente denunciam os descontos que a empresa vem fazendo unilateralmente nos salários, pelos dias que possuem treinamento no SENAT.

A efetivação é um dos passos fundamentais para melhorar o quadro de funcionários, pressionando o Estado em proporcionar um sistema de transportes condizente com os esforços da classe trabalhadora para viver com dignidade e impedir a onda de ataques que progride por anos com governos não representativos e antidemocráticos. Os JA's não são subempregados e merecem ser tratados com dignidade, já que entraram por meio de concurso e como já aconteceu na Manutenção, com treinamento estarão aptos para assumir a nova função.

PROPOSTAS:

- *Organizar um plano de luta até maio, com manifestações, atos e paralisações, pela contratação e efetivação imediata de*

todos os Jovens Aprendizes, que já prestaram concurso público, e com treinamento podem assumir a função de OTM1 nas estações, aumentando o quadro operativo nas áreas.

- *Manutenção de todos os direitos sindicais e políticos dos Jovens Aprendizes aprovados em assembleia.*

Sobre os demitidos por “baixa produtividade”

Desde o ano passado, principalmente após Cristina Bastos assumir como nova chefe de departamento e impulsionar o programa “Conte Comigo”, o assédio moral institucionalizado nas áreas se transformou em demissões por “baixa produtividade”, utilizando como critério a questionada e ilegal “avaliação de desempenho”.

Foram dezenas de demissões, que têm como objetivo reestruturar o quadro para o avanço da privatização e terceirização, reduzindo o orçamento, mas também implementar um clima de terror na base da categoria, como uma prática antissindical para atacar o direito de greve. Se o critério de baixa produtividade fosse levado ao pé da letra na empresa, a primeira medida a ser feita seria acabar com a gerência, diretoria, cargos comissionados e todos os conselhos de deliberação da empresa, que são ocupados pela “indicação” e na prática são todos aliados do PSDB.

Esses sim são baixo produtivos e não os trabalhadores que todo o dia se desdobram em mil funções para fazer o metrô funcionar. A maioria da diretoria erra ao não dar atenção a esse tema e até agora nenhum tipo

de medida foi tomada. Reverter as demissões e impedir que novas aconteçam: trata-se de um objetivo fundamental para fortalecer a categoria na luta contra a privatização.

PROPOSTA:

- *Dar centralidade na Campanha Salarial para a readmissão de todos os trabalhadores demitidos políticos das greves de 2007 e 2014, assim como os demitidos por baixa produtividade como resultado da política de privatização do Metrô.*

Assinam: Rodrigo “Tufão” (OTM1-JQM, cipista L1), Daphnae (OTM 1-Sé), Alexia (Jovem Aprendiz-SÉ), William (Jovem Aprendiz-JQM), Caroline (Jovem Aprendiz-JQM), Camila Moraes (OTM1-BTO) e André “Bof” (OTM1-LUZ demitido 2018).

CAMPANHA SALARIAL

UM NOVO OLHAR SOBRE O ACORDO COLETIVO

Com aprovação da famigerada Reforma Trabalhista, que supriu muitos direitos da legislação, muitas de nossas conquistas devem necessariamente constar em nosso Acordo Coletivo de Trabalho para termos a devida segurança jurídica de seu cumprimento por parte da empresa.

Nesse sentido, cabe ao Sindicato estruturar melhor a pauta de reivindicação e a própria Campanha Salarial para garantir a manutenção dos direitos atuais e abrir espaço para novas conquistas. É

fundamental que um Sindicato de nossa proporção tenha uma subseção do Dieese para promover estudos visando subsidiar nossa negociação, bem como ações judiciais decorrentes. Por exemplo, situações como negociação sobre o 042 e 043 não podem em hipótese alguma ficar fora de um Acordo, onde a empresa por sua livre vontade determine como tratar isso, que é o que vem ocorrendo; não podemos aceitar mais que a empresa, sozinha, determine quais e como serão tratadas as cláusulas de PLR. Só sobre estes exemplos há diversas experiências em acordos pelo Brasil que desconhecemos

e precisamos nos apropriar com máxima urgência.

É preciso determinar quais os tempos e valores de nosso trabalho para mostrar à sociedade qual o valor do nosso trabalho em comparação com a tarifa e comparativos com as demais empresas. Comprovar definitivamente que não somos privilegiados e vagabundos como a mídia e a própria empresa nos tratam.

O Congresso é um momento fundamental para fazer estas reflexões e sairmos com uma nova estrutura para a próxima Campanha Salarial.

Assina: Eduardo Pacheco - PAT

CAMPANHA SALARIAL

INTRAJORNADA

- Os funcionários da Segurança que fazem a hora de almoço, solicitam que o Sindicato coloque na sua pauta de negociação o desejo destes funcionários a retornarem à escala base, pois, ficou claro que vários funcionários da OPE e chefia, que entraram com o mesmo processo, com exceção dos AS-MIs não foram punidos com a retirada das suas escalas de origem. Portanto a solicitação é que voltem a seguir a lista por ordem de Reg., consultando assim aqueles que já foram pulados no processo.
- Cabe Salientar: Que estes funcionários que possuem

Intrajornada conquistaram o direito de irem para a escala base devido ao tempo na Cia.

- **Chega de Negligências**
- **Que este 12º Congresso aprove e se torne calendário oficial Seminário Anual sobre Segurança Pública Metroviária, a realizar-se todo mês de julho, na primeira quinzena, iniciando-se em 2018.**

(Policarpo/Milene)

BAIXA PRODUTIVIDADE

- *Solicitamos que negoциem que as avaliações sejam íntegras, como o código 019 que é lançado para Licença Médica, porém quando o funcionário faz fisioterapia no horário de*

trabalho, por doença ocupacional, o código correto a ser lançado é o 102 "Ausência do empregado para tratamentos complementares de saúde (fisioterápicos, psiquiátricos, psicólogos, clínicos e outros), após alta decorrente de acidente de trabalho ou no percurso ou doenças ocupacionais. O empregado deve apresentar ao Supervisor de Gestão de Registro de Frequência o Atestado Médico citando qual...

- *Evitando assim que o funcionário se prejudique na avaliação com relação a sua Assiduidade.*

Assina: Milene Gonçalves Dias, ASMI,
5X2, Tis/Oratório turno manhã

PLANO DE LUTAS

TERCEIRIZADA

Solicitamos que o Sindicato denuncie a Empresa Liderança na SERT. Esta empresa é a responsável pelas bilheterias do Metrô.

Os motivos, claramente trabalho escravo, baixa remuneração, e

condições desumanas de trabalho.

Na Cipa da L2 já foi denunciado as condições de trabalho precário imposta aos trabalhadores terceirizados.

- **1. não registram o ponto;**
- **2. não recebem H.E;**
- **3. não recebem Vale Refeição;**

- **4. são trancados nos postos de trabalho;**
- **5. dormem na Estação;**
- **6. já fizeram refeição na própria bilheteria;**
- **7. alta rotatividade;**

Assina: Milene Gonçalves Dias, ASMI,
5X2, Tis/Oratório turno manhã

TESE DA ALTERNATIVA METROVIÁRIA, +MAIS E INDEPENDENTES

ORGANIZAÇÃO DE BASE E ESTATUTO

ELEIÇÃO CHAPA CONTRA CHAPA E CONSELHO DELIBERATIVO

A forma como se organiza o Sindicato é um tema fundamental para melhor organizar a luta. Não existe uma fórmula pronta e acabada, mas o melhor modelo é aquele que garante a democracia operária e estimula a participação dos trabalhadores. Há uma confusão razoável neste tema, por isso queremos apontar alguns elementos e uma proposta que apresente uma saída.

Nosso estatuto foi alterado no último Congresso estabelecendo uma eleição proporcional com eleição nome a nome nas áreas. O argumento central para essa mudança foi que tornaria o Sindicato mais democrático. O problema é

que na prática isso não aconteceu! O Sindicato voltou a ter um perfil mais burocrático, a base participa menos das decisões, voltou a ideia de “donos de secretarias”, as secretarias que funcionavam no modelo de comissão retrocederam, etc.

Com visões e concepções sindicais distintas, a diretoria não representa uma direção, um farol, um norte para a categoria. Nesse caso a diferença de opiniões, que é muito saudável na luta política, também passou a ser visto como um desvio, uma diretoria em “briga” pelas suas posições. O que é uma virtude (democracia e debate de opiniões) se transformou em defeito.

Podemos tentar resumir de forma simples que hoje na diretoria há 2 visões:

- ***um setor que reivindica a mobilização para garantir***

- ***conquistas e direitos***
- ***e outro que prioriza a negociação com a empresa ao invés de mobilizar***

Essas diferenças são legítimas! E cabe a categoria escolher num processo de eleições limpas, garantidas com democracia operária qual o projeto quer a frente do seu Sindicato pelos próximos 3 anos.

Nesse sentido também achamos que após o processo democrático onde a categoria decidiu a sua direção, não pode haver um sentimento de vencedores e derrotados. Esse sentimento já levou a aqueles que poderiam ter sido os eleitos se afastassem da luta por 3, 6 anos sem participar de atividades da categoria como assembleias, cartas abertas, piquetes, atos, mobilizações, setoriais, etc.

Achamos que uma forma de garantir um sistema saudável seria um conselho deliberativo composto por cipistas, delegados sindicais e conselheiros do Metrus, garantindo a este órgão poderes superiores aos da diretoria executiva e inferiores a Assembleia e Congresso da categoria.

Mas sem impulsionar e estimular que os trabalhadores tomem seu destino em suas próprias mãos não será possível fazer com que a luta avance e para que isso se concretize é necessário que se realize eleições para delegados sindicais e cursos de formação, apoiar as CIPAs e estimular o funcionamento das comissões sindicais de base.

PROPOMOS:

- ***Eleição do Sindicato majoritária: Chapa contra Chapa, com as regras atuais de representação de áreas, número mínimo de diretores e cota de mulheres;***

- ***Conselho deliberativo com reuniões a cada 2 meses;***
- ***Eleição de delegados sindicais;***
- ***Buscar a representação dos metroviários das linhas privatizadas e terceirizados;***
- ***Formação sindical para os ativistas;***

Assinam: Raimundo Cordeiro OE/
BTO - Coordenador Geral
do Sindicato, Celso Borba
- AE/PSO - Presidente da
Fenametro, Altino - OT/L1 e
Diretor da Fenametro, Narciso
- OT/L5 e Diretor do
Sindicato, Gustavo - AS/L1 e
Diretor do Sindicato, Carlão
- CCV/L2 e Diretor do
Sindicato, Willian - OT/L1 e Diretor
do Sindicato, Vania Maria AE/TTE
e Diretora Sindicato, Maridalva
OT/L1 e diretora do Sindicato, Ana
Borguin AE/CNS e diretora do
Sindicato, Flávio MTS/PIT e
diretor do Sindicato, Messias AS/
L3 e diretor do Sindicato, Ricardo
Lourenço AS/L2 e diretor do
Sindicato, Felipe Bisulli AE/CNS e
diretor do Sindicato

16 Camila Lisboa AE/DEO e
diretora da Fenametro, Marisa
OT/L1 e Diretora da
Fenametro, Silva Alberto AE/
LUZ e cipista, Miron - AE/
SCZ, Herbert - AE/TTE, Alisson -
OE/JQM, Durval - OE/LUZ, Luana
Diniz AE/BTO, Elisabete Moraes
- AE/VGO, Vitor Ribeiro - OT/
L2, Cláudio Alves - OT/L2, Celso
Martins - OT/L2, Caio Dorsa - AE/
L2, Solange - AE/VTD e Diretora
Fenametro, André Saraiva AS/
L1, Peretti AS/L1 e Cipista, Isaac
CCO, Julia Paz AS/L3, Camilo -
AE/BFU e Cipista, Luisão - EPB
e Vice Presidente Cipa, Nelsinho
- EPB, Mariana Santos - AE/
PSO, Ricardo - VPN/L2 e
Cipista, Amoedo AS/L5 e Vice
presidente da Cipa, Inacio -
AS/L5, Marcel Giglio - AE/
L15, Chiquinho - PCR/Not, Priscila
Guedes AE/CPL, Eli Moraes AE/
LUZ e Cipista, Letícia Freitas AE/
TTE e Cipista, Eduardo Loeck AE/
REP, Marcelo Fernandes AE/ANR,
César Oliveira - OT/L1, Rodnei
MAN/POT e Maria do Carmo -
OT/L3 e Agnaldo (Zé Gotinha)
VPL/PIT.

TESE DA UNIÃO METROVIÁRIA

ESTATUTO

MUDANÇAS

No último Congresso, promovido pela entidade, foi aprovado durante o mesmo o modelo colegiado, onde o modelo anterior de presidencialismo foi revogado. As eleições, que ocorreram no modelo de chapas elegeram diversas correntes para gerir o Sindicato e o que parecia ser um bom modelo de gestão, demonstrou ser péssimo do ponto de vista sindical, o qual deveria ter o foco no metroviário e suas demandas!

Fica evidente que é necessário retomar o modelo antigo de presidencialismo, porém com uma mudança que se torna necessária, ou seja, eleição nome a nome, sem a necessidade de participar de chapas, onde os mais votados de

cada área devem assumir os cargos do Sindicato e diretoria de base, além dos suplentes.

Outro tema que poderia ser levado em consideração é o fim de duas fichas de filiação do mesmo candidato, onde somente uma seria ideal e, no caso de necessidade, tirar uma cópia da citada ficha!

O tempo de mandato, ao contrário de ser de 3 (três) em 3 (três) anos, aumentar 1 (um) ano, ou seja, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, reduzindo os gastos do Sindicato em 1/3 com eleições no futuro.

Assinam: Ricardo Nery OPS, Célia Andreia OPS, Rafael Barbosa OPS, Fany Kelly OPS, Faion OPS Lino OPS, Riodo Lopes OPS Brandão OPS, Ricardo Rodrigues OPS, Marcelo Dalana

OPS, Jordão OPS, Marcelo Santos OPS, Fernando Chagas OPS, Damasceno OPS, Iran Silva OPS, Luciano Célio OPS, Alberto Rocha OPS, Geraldo Ribeiro OPS, Andrea Silva OPS, Robson Silva OPS, Marcos Lisboa GNG, José Souza OPS, Elivio GMT MTS, Fernandes Neto Michel GLG, André Luiz MTV, Roberto Alves OPS, Sebastião José OPS, Sergio Luca OPS, Souza Fernando OPS, Quarizini OPS, Vitor Martins OPS, Leandro Queiroz OPS, Pretel OPS, Danilo Martins OPS, Everton OPS, Danilo Silva OPS, Flavia Souza OPS, Eduardo Yuji GRI-CTR, Marcelo Paroche CCV, James Tayti OPS, Tatiana Lima OPS, Almeida Junior OPS, Pavarin OPS, Cinthia Roberta OPS, Aparecido OPS e Juliana Oliveira OPS.

TESES DA UNIDADE E LUTA E INDEPENDENTES

ORGANIZAÇÃO DE BASE E ESTATUTO

COMPREENDER O MOMENTO DIFÍCIL E INVESTIR NA UNIDADE E NA ORGANIZAÇÃO DE BASE

Vivemos um período onde a democracia e a organização dos trabalhadores sofre ataques de todos os tipos. A reforma trabalhista retira dos sindicatos várias prerrogativas legais e busca anular a ação sindical com muitos mais poderes às empresas.

Além disso, o retrocesso também se dá nos direitos propriamente ditos. O exemplo mais recente e cruel é o processo de terceirização das bilheterias. Retiram-se os adicionais, removem as pessoas e precarizam os postos de trabalho com a entrega para o terceirizado, que não tem seus direitos garantidos e trabalha com um salário indigno, nesse sentido conjunto da diretoria tem o dever de mobilizar a categoria e resistir aos ataques.

Não se pode responsabilizar a categoria por isso, mas muito menos se pode responsabilizar os ativistas e diretores do Sindicato. Esse é o resultado de uma conjun-

tura onde as derrotas têm sido tão significativas, o descrédito na luta e a criminalização da política e do movimento sindical é tão intensa que o trabalhador se sente acuado e sua mobilização para a luta é muito afetada.

Mas quando há uma ação unitária da direção com uma motivação mais significativa, a categoria atende ao chamado e participa ativamente, como ocorreu nas últimas três greves.

Por isso, é necessário investir nessa unidade e que ela reflita na organização de base, com o funcionamento das Comissões Sindicais de Base (CSB), prevista em nosso Estatuto, e que em conjunto com os ativistas, cipistas e diretores de base em cada local de trabalho possa garantir estas ações unitárias e capaz de romper com o imobilismo.

Hoje temos apenas uma CSB funcionando regularmente no Pátio Jabaquara. Os resultados têm garantido um permanente contato com a base e um trabalho unitário, independente das divergências políticas.

A ELEIÇÃO NOME A NOME É UMA CONQUISTA DA CATEGORIA

Desde o último Congresso, quando foi aprovada a eleição nome a nome para a direção do Sindicato, a categoria retomou um instrumento que foi utilizado por décadas em nossa entidade, em que o candidato, para ser eleito, precisa passar pelo reconhecimento de sua representatividade pela base.

Ao se submeter ao crivo da base para se eleger, o dirigente se obriga a debater com a base suas ideias e estas opiniões serão ou não referendadas pelo voto em cada área de trabalho. Além disso, a representatividade real e proporcional das várias opiniões que se expressam na categoria evita a partidarização do Sindicato, onde somente uma opinião política hegemoniza as ações.

RESTABELECER A EXECUTIVA DO SINDICATO

Nosso Sindicato sempre funcionou com uma direção onde as

responsabilidades eram bem definidas e as decisões eram tomadas de forma colegiada.

Num arremedo à decisão do último Congresso, aprovou uma direção colegiada nas vésperas das eleições, onde as responsabilidades foram “divididas em algumas secretarias”. A função de Presidente foi extinta e se fundiu a Secretaria-Geral, a Tesouraria fundiu-se com o Patrimônio e se criou 3 responsáveis para cada uma delas, onde as rotinas não são objetivas, criando triplo comando e dificultando o funcionamento da gestão. Além disso, para manter o número de vagas na executiva, estabeleceu-se que a Imprensa

teria duplo comando também.

O 12º Congresso deve aprovar a organização anterior da executiva do Sindicato, definida proporcionalmente à quantidade de diretores que cada uma das chapas inscritas elegeu, nome a nome nas áreas, onde as tarefas e responsabilidades sejam bem definidas para o Presidente do Sindicato, assim como nas Secretaria-Geral, de Finanças, de Patrimônio e Imprensa, que estão diluídas com a fusão, sendo ocupadas por mais de uma pessoa. Além disso, é necessário que esta executiva tenha um funcionamento permanente, buscando garantir que seus membros possam participar

regularmente dessa instância da direção do Sindicato, sem que os titulares da pasta tenham sequer a garantia de participação nas reuniões.

Assinam: Wagner Fajardo, Kobori, Salaci, Almir Castro, Godoi, Cesar Amaral, Cidão, Maruzan, Roberto Campos, Rosa Anacleto, Silvia Eneida, Diego Pereira, Alberto Carlos, Auro Agostinho, Eunice Eulália, Flaviane, Hipólito Antonio, Jeanice Barbosa, Lourival Aguiar, Márcio Diniz, Ricardo Santos (Pelé) e Wagner Lemos.

TESE DA UNIDOS PRA LUTAR

ORGANIZAÇÃO DE BASE

Diante da necessidade de mobilização, temos que criar mecanismos de organização da base e reativar antigas ferramentas já existentes. Constituir as Comissões Sindicais de Base (CSB), formadas em todas as áreas, por delegados sindicais, cipistas, membros do Metrus etc. Para isso, cada área, através de seus representantes, deve montar calendário anual com reuniões mensais nos postos de trabalho e reuniões trimestrais no Sindicato, com todas as CSBs em conjunto, ou seja, a cada três meses, todos os ativistas se reunirão com objetivo de organizar, sistematizar e encaminhar todos os temas que serão tratados mensalmente nos locais de trabalho.

As setoriais realizadas nas áreas deverão ser mais dinâmicas, com informação objetiva possibilitando perguntas dos metroviários e também fazendo perguntas aos mesmos para avaliar as necessidades de cada local. As setoriais agitativas deverão ter votações simbólicas para dar parâmetro aos encaminhamentos do Sindicato. Sempre que possível e necessário, realizar alguma atividade na setorial, usar ferramentas audiovisuais para comunicação, juntar outras áreas numa mesma setorial.

Montar calendário, organizado por escalas e linhas, para a

realização de mutirão de setorial nas estações. Com a redução de quadro de funcionários e diluição nas áreas dos cargos de OTM I e ASM I, é necessário haver esse esforço de todos os ativistas, além de toda a diretoria do Sindicato, para retomar a organização desse setor da categoria. O calendário deve ser publicado no site e materiais impressos e, nas vésperas dessas setoriais nas estações, através das redes sociais convocar todos os ativistas para participar.

As atividades de esporte, cultura e lazer devem ser também ferramentas de organização da categoria. O calendário de atividades da Secretaria de Esportes deve ser ampliado e divulgado na íntegra para que os metroviários se envolvam mais com a entidade sindical. Em cada evento, o Sindicato deve fazer uma breve fala, inclusive nas aberturas e encerramentos de campeonato de futebol, ou seja, aproveitando ao máximo o contato com os metroviários para conscientizar e manter a categoria unida.

O Sindicato deverá realizar uma ampla campanha de sindicalização, conscientizando os trabalhadores da necessidade de contribuir com as lutas da categoria para fortalecer nossas mobilizações garantindo novas conquistas. O Sindicato também deverá contatar os metroviários

da Linha 4 e orientar a se sindicalizarem por meio do site ou aplicativo, realizando a contribuição através de boleto para que a Via4 não tenha informação de quem são os sindicalizados. Nosso Sindicato deve tentar encaminhar pauta e buscar negociar com a concessionária para fazer parte da Campanha Salarial daqueles trabalhadores. Também deverá realizar estas mesmas ações para os trabalhadores do VLT de Santos, inclusive preparar juridicamente a nossa representação nesta base.

Assinam: Alex Fernandes OTM I L3, Rodrigo Armando (Puff) PCR, Tito VPN L1, Margarete Arantes ASMI L3 aposentada, Rodolfo Molitor OT L3, Marcelo Soares ASMI L3, Giba OT L3, Rafael Silva OT L3, Erick Vieira OT L3, Juliana Thais TSM PAT, Gomes Junior CST L3, Juarez Lima OTM L1, Wilson Pinheiro TSM, Cadol OTM I L3, André (Alface) TSM, Rafael Guimarães OT L3, Isaac da Silva Santos OT L3, Mori OTM3 L5, Liduína OTMII L5, Daniel Seiji OT L2 demitido, Felipe Prado ASMI L2, Maria do Carmo OT L3, Kátia Fidelis OTM I L5, Daniel CCO, José Silvano OT L3, Montoya PAT, João Pedro OTM I L3, José Felipe de Oliveira Guimarães OT L2, Kleber Vieira TSM L5, Aparecido Lima OT L3, Fabinho RES L5, Wilson Malaquias OTM2 L1 e Richieri OT L2.

ORGANIZAÇÃO DE BASE

A organização de base é mais efetiva ou não a depender da correlação de forças. Em momentos de ascenso os trabalhadores estão sempre mais dispostos a participar da organização das lutas, porque o nível de consciência coletiva é mais elevado. As CSBs parecem com um pulmão, enchem-se quando têm demandas concretas e espírito de luta na base, e esvaziam-se quando o clima é de medo e refluxo.

Para que exista uma organização de base real, não adiantam

medidas burocráticas que determinem periodicidade de reuniões ou regras de funcionamento. Na verdade o engessamento burocrático da CSB é o caminho certo para o seu fim.

A organização de base real não pode significar reunião de dirigentes na base, ou um campo de disputas entre correntes, mas sim um local onde os companheiros e companheiras de base vejam que é um espaço para expressar suas demandas e a certeza que elas se-

rão encaminhadas em um clima fraterno de companheiros.

Uma forma de apostar em um funcionamento sistemático das CSBs seria a orientação de realizá-la antes das setoriais, como descrevemos acima, dando-lhe vida prática para decidir o formato e a pauta das setoriais. Mas o mais importante é impulsioná-las no calor da Campanha Salarial para concretizar o “giro à base” e as atividades coletivas da luta.

ESTATUTO

PROPORCIONALIDADE A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

ELEIÇÕES DO SINDICATO

Neste último ano enfrentamos vários ataques, tanto da empresa como dos governos.

Nossa categoria teve papel fundamental neste confronto, fizemos duas greves gerais contra a reforma da Previdência, e recentemente a greve contra a privatização das linhas 5 e 17.

Em todos estes movimentos a direção do Sindicato teve proposta unificada, apesar das divergências de opiniões.

Isto mostra a importância de uma eleição proporcional, onde todas as correntes de pensamento do movimento sindical que tenham representação na categoria estejam representadas na direção.

Além disso, a proporcionalidade sempre foi defendida por toda esquerda, e entendemos ter sido uma grande conquista da categoria, e que deve ser mantida em nosso estatuto.

FORMATO DA ELEIÇÃO

Estamos vivendo um momento extremamente indefinido, não temos a certeza de como estará a conjuntura daqui a quase dois

anos, quando acontecerão as eleições no nosso Sindicato.

Neste sentido, propomos que a forma de eleição, se proporcional por chapa ou proporcional nome a nome nas áreas, seja definida em assembleia seis meses antes das eleições.

Assinam: Wilsão PAT, Adelson L1, Dagnaldo L3, Laercio Obras, Mercadante ADM, Leandro PIT, Peralta Aposentado, Batatinha L5, Nilson PIT, Rosana PAT, André Soares (Cabello) L5, Joãozinho PAT, Pasin CCO e Marcelão EPB (Demitido).

ESTATUTO

Incluir no art. 4, a representação de metroviários que estejam empregados por concessionárias de transporte sobre trilhos, tendo como território qualquer base geográfica dentro do estado de SP. No art. 4, parágrafo único, incluir o jovem aprendiz e/ou outro trabalhador que faça parte de programa que caracterize vínculo empregatício com a empresa operadora, mesmo que por tempo determinado; No art. 8, parágrafo 2, substituir “dirigente sindical” por metroviário; No art. 16, ao invés de o rodízio será implantado para 5 diretores, mudar para ao menos 5 diretores.

No art. 16 excluir o parágrafo único; A partir do art. 17 substituir todos os trechos que determinam que ao menos dois coordenadores-gerais devem assinar documentos ou convocar reuniões e assembleias, para: havendo mais de um coordenador-geral na composição da diretoria, em caso de assinatura em documentos e convocação de

reuniões e assembleias, ao menos dois coordenadores-gerais deverão fazê-los; No art. 19, a composição da diretoria executiva deverá ter um mínimo de 14 e máximo 20 membros; No art. 20, item a, substituir por no mínimo 1 e máximo 3 coordenadores gerais; No art. 38, mudar para 3 membros no Conselho Fiscal; No art. 43, mudar para: O Sistema Diretivo será composto por um número máximo de diretores na proporção de 1 para cada 170 trabalhadores. Nesta proporção já estão inclusos direção executiva, conselho fiscal e direção de base. A direção de base poderá ter até 20% de suplentes;

No art. 89, incluir parágrafo 2 contendo: Será elegível jovem aprendiz e/ou outro trabalhador que faça parte de programa que caracterize vínculo empregatício com a empresa operadora, mesmo que por tempo determinado. Neste caso, no material em que o Sindicato apresentar os nomes de todos os candidatos e chapas,

será mencionado quanto tempo de contrato ainda resta cumprir; Art. 90, acrescentar parágrafo único. Para os casos descritos no parágrafo 2 do art. 89, após o rompimento de vínculo com a categoria, poderá haver permanência no cargo eletivo por mais 6 meses, desde que ainda sócio do Sindicato, com as devidas contribuições quitadas; Art. 98, mudar para: Não será aceito o registro de chapa que não contiver no mínimo 14 membros, correspondendo à quantidade mínima de cargos no sistema diretivo, conforme art. 19; Mudar parágrafo único do art. 98, as áreas de representação deverão ser: estação, segurança, tráfego, gerência de manutenção, administração, e CCO, obras e aposentados (estas sendo uma única área de representação). A chapa concorrente deverá conter no mínimo 4 destas 6 áreas.

Assina: Alex Fernandes - OTMI L3

ORGANIZAÇÃO DE BASE

METROVIÁRIOS DEMITIDOS: PARTICIPAÇÃO NAS CAMPANHAS PELA REINTEGRAÇÃO E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO!

Enquanto não são reintegrados, os demitidos devem ser cons-

cientizados a participar o quanto possível das atividades da categoria, distribuir materiais, conversar com a base onde for possível, ajudando a organizar a categoria. Estes devem ser critérios para que algum demitido receba auxílio financeiro da categoria. Parte dos critérios deve

ser que a demissão tenha relação com as lutas da categoria, seja por greves, atos políticos etc. Independente de quem seja o metroviário, podendo ter algum mandato da categoria ou não.

Outra premissa para o recebimento da ajuda é de que o metrovi-

ário deve ser sindicalizado há pelo menos 3 meses antes da demissão e, enquanto estiver recebendo o auxílio, deve contribuir simbolicamente com o mesmo valor pago pelos aposentados. Também sempre deve haver um termo assinado, contendo a devolução do dinheiro quando reintegrado, definindo que caso haja outra renda, seja por emprego formal, informal, aposentadoria entre outras, o auxílio deve ser cessado.

O valor de auxílio nunca deverá ser superior ao piso do cargo exercido na Companhia para demitidos por justa causa e, nunca acima do piso da categoria para os demitidos sem justa causa (pois estes recebem rescisão, FGTS e seguro-desemprego, ou seja, sofrem um menor impacto financeiro de imediato), e semestralmente a categoria deverá ser consultada sobre a prorrogação ou não do período de recebimento.

Tendo em vista a existência de acordo de PR para a categoria, os demitidos deverão receber de PR no máximo o valor que recebem mensalmente de auxílio.

Considerando que os demitidos de 2014 recebem valor diferente do mencionado acima, para terem tempo de se planejar, terão 6 meses para a adequação dos valores, sendo que depois de 6 meses ainda não tiverem sido reintegrados, caso a categoria aprove manter o auxílio, o mesmo deverá ser já nos novos valores (no máximo o piso do cargo exercido na Companhia).

Como parte da ajuda, os demitidos terão plano de saúde MSB e não MSI, por no máximo 2 anos. Caso queiram o MSI, pagarão a diferença dos valores. Posterior aos 2 anos, cada demitido que quiser continuar com o plano deverá pagar integralmente os valores. Para que os demitidos de 2014

possam se organizar, receberão essa ajuda por no máximo mais 6 meses após o congresso, depois disso se enquadrarão nas novas regras mencionadas acima. Todos estes critérios e regras devem ser monitorados constantemente para que sejam cumpridos e, caso contrário, cessada a ajuda financeira.

Todas essas adequações visam manter a organização da categoria, tendo em vista que nas diversas lutas, todos devem ter a segurança da união dos metroviários para seguirem mobilizados e, não transformar essa ferramenta em algo que caia em descrédito e diminua a solidariedade entre os próprios metroviários. Além disso, todos esses critérios são uma forma de manter os metroviários demitidos na luta.

Assina: Alexandre Roldan - VPN L1

ESTATUTO

Defendemos um conselho deliberativo de delegados eleitos na base convocado mensalmente e que seja uma instância deliberativa superior à diretoria do Sindicato. Os delegados devem ser eleitos na base e seus mandatos podem ser revogados a qualquer momento pela vontade dos trabalhadores, garantindo que expressem a vontade da maioria e não uma posição individual. Esse novo conselho deve substituir a atual Diretoria de Base do Sindicato, órgão que falha ao representar a categoria pois não respondem diretamente

à base e funcionam apenas como apêndice da diretoria executiva.

O formato atual de eleição proporcional nome a nome, ainda que os candidatos se organizem por chapa, não aproxima a diretoria da base. A eleição de fato acontece de forma personalista e não política, pois as chapas pouco influenciam. Porém o formato de diretoria majoritária como era antes, no qual a chapa com maioria simples dos votos leva toda a diretoria, desconsidera os votos de uma parcela da categoria.

PROPOSTAS:

- Conselho de Delegados de Base (CDB), formado por Delegados Sindicais (DSs) eleitos na proporção de 1 para cada 50 trabalhadores na base com mandato de 1 ano e revogável. Fica a critério de cada local a forma como a eleição será feita, se porurna ou reuniões locais. O mapa de áreas para eleição deverá ser elaborado por comissão eleitoral eleita em assembleia geral. O CDB deverá substituir a Diretoria de Base em suas*

funções e terá poder deliberativo abaixo apenas do Congresso e da Assembleia Geral.

- O CDB deverá se reunir uma vez por mês ordinariamente e extraordinariamente sempre que necessário. Nossa luta é para que os DSs sejam reconhecidos e tenham liberação para a reunião. Enquanto isso não ocorrer, o CDB deverá se reunir no mesmo dia de manhã e de tarde, somando-se os votos dos turnos. Com a supressão da Diretoria de Base, a diretoria ampliada passa a ser composta pela diretoria executiva, conselho fiscal e CDB.
- - Todos os artigos e capítulos que citam a Diretoria de Base ou o Conselho Consultivo devem ser

adaptados nesse sentido.

- - Comissões Sindicais de Base democráticas com autonomia para reunirem-se na forma, proporção e no tamanho que melhor conviera aos trabalhadores, sendo deliberativas sobre temas da área.
- - O Cap VII do Tít II do Estatuto do Sindicato deve ser adaptado no sentido proposto nessa tese para as CSBs e os DSs.
- - Substituição da eleição proporcional nome a nome pela eleição proporcional por chapa, onde cada chapa que tenha no mínimo 10% dos votos possa compor a diretoria proporcionalmente.
- - O Cap I do Tit IV deverá ser adaptado nesse sentido.

Assinam: Marilia (OTM2-ITT, demitida 2014 e diretora do Sindicato), Camila Moraes (OTM1- BTO) e André "Bof" (OTM1- LUZ demitido 2018)

ORGANIZAÇÃO DE BASE

A ENORME SOLIDARIEDADE DE CLASSE DOS METROVIÁRIOS DE SP: UM EXEMPLO A TODOS OS TRABALHADORES

Às vésperas da Copa do Mundo no Brasil, 9/6/2014, encerrava-se uma greve histórica realizada pelos metroviários em SP. Foram 5 dias de piquetes e assembleias onde a categoria paralisou grande parte dos transportes na maior cidade da América Latina mostrando sua enorme força na batalha por um transporte público e de qualidade a toda população.

De maneira antissindical, autoritária e arbitrária no intuito de encerrar a greve, o Metrô e Alckmin demitiram 40 metroviários por

lutarem e exercerem seu direito de greve, deixando dezenas de famílias sem seu sustento da noite para o dia.

Mas a patronal e o governo não contavam com uma grande arma dos trabalhadores, da qual os metroviários entendem muito bem: a solidariedade de classe. Em defesa daqueles que lutaram e foram demitidos injustamente pelo Metrô, os metroviários decidiram em assembleia o aumento da contribuição sindical para pagar os salários de todos os demitidos da greve (aumento de 1,3% para 1,9% da contribuição sindical - que posteriormente será devolvido ao término do processo conforme categoria deliberar), mostrando uma enorme solidariedade com os trabalhadores em

luta e pouco vista nas demais categorias no Brasil e no mundo. Esta ação em defesa dos demitidos é um fortalecimento da categoria metroviária e um exemplo de classe ao mundo inteiro.

Se por um lado a empresa e o governo "ganharam" com o término da greve, demitindo os trabalhadores, os metroviários responderam a altura por todos estes anos, mostrando uma grande e forte união e solidariedade perante os demitidos políticos. E isso é algo que impacta não só os demitidos, mas também toda a categoria. A contribuição aos demitidos se trata de um debate político, afinal é um gesto de solidariedade que não impacta as finanças do Sindicato.

Retroceder na contribuição seria também um retrocesso na própria categoria, que acabaria por naturalizar as demissões e assim enfraqueceria os metroviários nas suas próximas lutas. Não há dinheiro que possa contribuir mais para a luta do que a moral dos trabalhadores que estão por trás dela. Outro argumento que não concordamos é que possa existir uma relação de privilégio dos demitidos na greve de 2014, com os atuais demitidos por baixa de produtividade. Esse tipo de argumento transforma os demiti-

tidos como um bode expiatório, e nada mais é do que uma desculpa utilizada pelos atuais setores da diretoria que estão contra a lutar concretamente pela reversão de todas as demissões com a centralidade que deveria ter.

Esta demonstração de solidariedade aos demitidos políticos segue fortalecendo a luta contra a privatização, e fortalecendo a resistência dos metroviários contra os ataques do governo.

PROPOSTA

- *- Manter a ajuda de custo nos termos atuais aos demitidos políticos, abrindo anualmente ou conforme qualquer novidade do processo jurídico em curso, avaliação para ser decidida e deliberada em assembleia.*

Assinam: Guarnieri (OTM2-JAT, cipista L1 e diretor da FENAMETRO); Andressa Alves (OTM2-JAT); Camila Moraes (OTM1-BTO) e André "Bof" (OTM1-LUZ e demitido 2018).

ORGANIZAÇÃO DE BASE

FINANÇAS DO SINDICATO

No período atual em que vivemos um golpe “político – jurídico” no País, as elites atacam como de praxe e de forma recorrente na luta de classes ao longo de séculos no mundo inteiro. O movimento sindical como um dos elos, assim como os diversos movimentos sociais, na luta e defesa da classe trabalhadora, se depara com uma dura e nova realidade para a manutenção de suas entidades de classe, os Sindicatos, federações e confederações.

Duas formas estruturantes importantes matêm um Sindicato vivo e atuante:

A “Representação Política”; com sua atuação na base como representante legítimo de seus representados, luta pelas conquistas e manutenção das várias pautas em seus acordos coletivos, convenções, e na mais ampla ação

por uma vida digna e plena para seus trabalhadores(as).

E a “Financeira”, esta secundária, porém importante pois mantém o “mínimo” de estrutura para a organização e manutenção das lutas políticas.

Hoje, o movimento sindical enfrenta um estrangulamento no tocante à questão financeira. O Governo Golpista de Michel Temer, em sua reforma trabalhista, acabou com o imposto sindical e a contribuição confederativa, pese que alguns Sindicatos não se mantêm com estes impostos, mas com a contribuição de seus associados, ainda é um grande baque na luta e organização sindical. Por um lado, a grande maioria das entidades terá que ganhar a base de suas categorias na representatividade para que estes continuem a contribuir com algum tipo de imposto e mensalidade para o seu Sindicato.

Especificamente para nós,

metroviários, outro fator vem demandando uma queda de arrecadação nas finanças da entidade: demissões, PDV, falta de contratação de novos funcionários. Essa realidade tem imposto ao Sindicato uma atenção cada vez maior para os gastos tanto na estrutura quanto nas lutas da categoria. Deixamos muitas vezes de dar um aporte financeiro maior para algumas atividades do Sindicato por conta do “cobertor curto” que atualmente vivemos.

Na tentativa de redução de custos, o Sindicato diminuiu o número de Diretores liberados nas últimas gestões, mas isto não tem se mostrado suficiente. Outras reduções são necessárias. Hoje a folha de pagamento do Sindicato representa mais de 85% dos gastos da entidade. Despesas com a manutenção predial, insumos diversos, doações que já foram drasticamente reduzidas na atual gestão, foram algumas



medidas adotadas para adequarmos à nova realidade.

Temos um déficit mensal na casa dos R\$ 100.000,00. Deixo claro aqui que em alguns meses o déficit tem redução com a contribuição de nossos advogados

com os honorários advocatícios por eles doados ao Sindicato. Isto tem contribuído bastante, mas até quando?

Diante disto, propomos a redução de 40% nos gastos financeiros em geral da entidade

sindical que será encaminhada pela comissão que estuda os ajustes nas contas do Sindicato.

Assina: Marcos Freire

ORGANIZAÇÃO DE BASE

FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES POR MEIO DA CULTURA, ESPORTE E LAZER

A organização dos trabalhadores depende muito da interação dos metroviários junto a sua entidade de representação sindical e a finalidade da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer é não só trazer a categoria para promoção de atividades coletivas, seja no âmbito cultural ou desportivo, mas também como estimular a busca e a criação da arte dentro da família metroviária.

Construímos um espaço onde os metroviários podem desenvolver estudos e/ou ensaios e gravações musicais, realizamos os festivais Arte e Rock Nos Trilhos e de Videokê junto a categoria, promovendo oportunidades do trabalhador apresentar seus talentos artísticos entre seus pares. Não apenas musicais, como também em outras áreas das artes como artes plásticas, poesia e outras manifestações culturais; planejamos reeditar, após décadas, o

festival de canção metroviária. Implementaremos web-rádio para melhorar a comunicação, criação de conteúdos culturais e de informações utilizando os equipamentos do estúdio “Toca nos Trilhos” e explorando as novas tecnologias de mídias sociais.

Zelamos e conservamos a nossa quadra esportiva como, junto a categoria, planejamos campeonatos de futebol de salão e campo em diversas modalidades. Disponibilizamos uma quadra para a prática de futebol society (ao lado da estação Penha) semanalmente; trabalhamos junto a professor conveniado para aula de defesa pessoal na nossa sede e também aulas de dança de salão; mantemos convênio com diversas colônias e organizamos as festas comemorativas dos metroviários.

Acreditamos ser fundamental a organização dos trabalhadores e que essa Secretaria tem um papel importantíssimo, sendo que seu bom desenvolvimento é benéfico para saúde física, mental e a vida social e da integração dos metroviários.

Para viabilizar essas atividades, manutenção e aluguel de equipamentos, promoções culturais, campeonatos desportivos com locação e/ou pagamento da arbitragem dos eventos, necessitamos ter disponibilidade de recursos para tanto. Para viabilizar estas atividades, os metroviários aprovam 2% da sua arrecadação, mensal, destinado à cobertura desses trabalhos para funcionamento de sua Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer da sua categoria.

*Assinam: Edgard Balestro (Bala),
Francisco Duarte Reis, Ciro
Morais, José Dias, Pedro
Alessandro, Gilmário Ribeiro.*

ESTATUTO

POR UMA SECRETARIA NO SINDICATO QUE OLHE E ORGANIZE OS APOSENTADOS

Em torno de 10% dos metroviários aposentados se mantêm sócios do Sindicato. Um contraste para uma categoria que tem cerca de 80% dos trabalhadores da ativa sindicalizados.

Não é fácil organizar os aposentados pelo próprio fato de estarem

fora da empresa, mas não é impossível. Têm várias categorias de trabalhadores onde há expressivo grupo de aposentados que participam.

Para isso propomos que a Secretaria de Assuntos Previdenciários incorpore também a competência de organizar os aposentados e olhar para seus problemas.

- **Nesse sentido, propomos modificar o artigo 20 e 36 de nosso estatuto, onde essa secretaria passará a chamar-se Secretaria de Assuntos Previdenciários e dos Aposentados. Ampliando sua competência para “a luta e defesa dos direitos dos aposentados”**

Assinam: Alexandre Leme, Luiz de Negri e José Carlos.

ORGANIZAÇÃO DE BASE

Diretrizes mais claras no apoio financeiro aos demitidos

Não temos a intenção de menosprezar ou desvalorizar a força do trabalho combativo dos demitidos de 2007 e 2014, porém a forma como o auxílio está sendo fornecido não condiz com os anseios da categoria. Entendemos que existe a necessidade de se oferecer um apoio financeiro sim, porém que essa ajuda tenha critérios claros e objetivos para que não haja por parte da categoria nenhum tipo de dúvida ou traga duplas interpretações.

A categoria não aceita mais o formato que hoje está sendo utilizado pelo Sindicato, querem mudanças de imediato.

PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

- *Apoio a todo funcionário que for demitido por motivo de participação em greve, perseguição política ou em luta da categoria.*
- *Valor fixo de R\$R\$ 2.158,14 (sem direito a PR, plano de saúde ou adicionais).*
- *Prazo limite de dois anos.*
- *O demitido que optar pelo apoio financeiro deverá nesse período prestar serviços ao Sindicato.*

Caso o mesmo seja readmitido ou indenizado por ação judicial deverá devolver o valor ao Sindicato.

Deverá ser criada uma comissão pelo Sindicato, incluindo necessariamente um integrante da tesouraria ou financeiro, para deliberar formas de utilização do resarcimento desse apoio financeiro e prestar contas dos valores

recebidos e formas de utilização à categoria através de informes.

PROPOSTA PARA ACORDO REFERENTE AOS DEMITIDOS 2007 E 2014:

- *Demitidos 2007 não tem mais como aceitar continuidade desse apoio, pois entendemos que 10 anos é um prazo muito além do limite tolerável para um auxílio. Solicitamos exclusão do mesmo, porém incluir um prazo de 6 meses de carência para seu encerramento. Carência que será contabilizada a partir da aprovação dessa no congresso.*
- *Demitidos de 2014: inclusão dos mesmos nesse novo formato de auxílio.*
- *Inclusão do companheiro Ma-*

ruzan no novo apoio financeiro. O companheiro Maruzan embora tendo sido demitido por justa causa por motivo de agressão, ainda assim, entendemos que ele tenha direito ao auxílio pelos seguintes motivos:

- *Toda uma carreira dedicada ao Sindicato e à luta da categoria.*

Perseguição política e notó-

ria devida a sua posição sindical sempre foi alvo de assédio moral, sofrendo em consequência problemas seríssimos de saúde.

O mesmo tinha restrições médicas para continuar trabalhando diretamente com o público e mesmo assim nenhuma providência tomada por parte do Metrô. Após o ocorrido, Maruzan ficou com afastamento médico, o Metrô fez

acordo para que ele retornasse e mesmo assim o demitiu. Não podemos aceitar esse ataque da Companhia e virar as costas para um companheiro que muito fez e continua contribuindo ao Sindicato.

Assina: Gleice Nazaré - OPS

ORGANIZAÇÃO DE BASE

DEMITIDOS

No dia 25/06/2014 o então presidente do Sindicato Altino informou em assembleia a demissão de 42 companheiros e companheiras. Demissões ilegais e em dissonância com a legislação. Desde então estes companheiros e companheiras travam uma batalha jurídica e política para a anulação destas demissões.

Nesta mesma assembleia houve a deliberação pela aprovação do aumento do percentual da mensalidade sindical de 1,3% (um vírgula três por cento) para 1,9% (um vírgula nove por cento) do salário base, sendo 0,6% (zero vírgula seis por cento) destinado a uma ajuda de custo aos demitidos de 2014, por entender que esta entidade sempre se preocupou em ajudar financeiramente os dirigentes demitidos por perseguição política no exercício do mandato. A categoria aprovou que os 42 demitidos deveriam receber uma ajuda de custo durante a tramitação da ação jurídica.

Decorrido cerca de três anos e meio após a demissão desses companheiros e companheiras, a categoria quer rediscutir os valores pagos aos demitidos, tendo em vista que os pormenores dos valores doados não foram devidamente detalhados em 2014. Fato que no momento tem gerado muita controvérsia.

Hoje, a categoria devidamente representada por seus delegados eleitos ao 12º Congresso, trás a seguinte proposta para adequar esse valor, assim como determinar um período para que a ajuda cesse definitivamente:

- *1 - Pagamento do piso da categoria no valor atual de R\$ 2.158,14;*
- *2 - Este valor terá o limite de dois anos contado a partir da aprovação deste Congresso, ou seja, até fevereiro de 2020;*
- *3 - Não pagamento de PR agora em 2018;*
- *4 - Não pagamento de Plano de Saúde, diante dos altos custos dentro do percentual de 0,6%;*

- *5 - O valor do piso da categoria e o tempo desta ajuda de custo são os mesmos tanto para os demitidos de 2007 e de 2014;*
- *6 - Na mesma situação, defendemos que o companheiro Maruzan seja contemplado com ajuda da mesma maneira que os demitidos de 2007 e 2014 já que foi demitido por justa causa em outubro de 2017 por ter reagido em legítima defesa contra uma agressão de usuário. O companheiro é ativista sindical há mais de 20 anos na categoria metroviária e realiza importante trabalho de reabilitação de dependentes químicos. Tais atitudes da empresa configuram perseguição política e prática antissindical;*

Assinam: Ivânia, Elaine Damásio, Almir Castro, Alberto Carlos, Auro Agostinho, Eunice Eulália, Flaviane, Godoi, Hipólito Antônio, Jeanice Barbosa, Márcio Diniz, Maruzan, Ricardo Santos e Wagner Lemos.

ORGANIZAÇÃO DE BASE

VALORIZAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA

Parte importante da categoria, os Agentes de Segurança garantiram vários direitos para si e ao restante dos metroviários em luta conjunta como, por exemplo, o direito a 30% de periculosidade através do PL da Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição aos 15% do adicional risco de vida.

Contudo, com a mudança na conjuntura provocada pelo golpe de 2016, intensificaram a ofensiva neoliberal e a retirada de direitos por meio das reformas, as privatizações e as terceirizações.

Sob forte ataque do governo estadual, a categoria atendeu ao chamado do Sindicato e intensificou a mobilização. No entanto, em meados de 2013, os protestos que lutavam pela justa redução de tarifa, com enfrentamentos e conflitos levados às estações do metrô e apoiados pela gestão sindical, colocaram em dúvida a posição de defesa dos metroviários feita pela entidade sindical, maioria do PSTU/Conlutas, estabelecendo a desconfiança.

As eleições sindicais em 2016,

sob a égide de um novo sistema de organização da direção sindical, colocaram apoiadores das ideias do “Unidade e Luta” na direção com a esperança da categoria, que buscava mudanças na forma como a entidade se relacionava com a base.

Já na primeira Campanha Salarial conseguimos reabrir a discussão do plano de carreira único na GOP, com o compromisso do Metrô de encaminhar a solicitação ao Codec; a renovação do Acordo Coletivo sem retirada de direitos e a assinatura do acordo de jornada, garantindo a reposição na escala base e a redução da jornada diária. Algumas questões ainda carecem de debate, como a valorização dos ASs.

A realidade pós-golpe colocou a sociedade em movimento para impedir retrocessos sociais. Mas é preciso que haja diálogo para formular estratégias de luta que evitem o confronto e as agressões não colocarem em risco ASs e funcionários das estações. As lideranças de movimentos precisam compreender que do outro lado existem trabalhadores. Mesmo considerando legítimas as lutas, como a da redução da tarifa, o efetivo da operação nas estações precisa garantir o funcionamento do

sistema e a segurança dos usuários.

Outro problema a ser discutido é o comércio ilegal e a quantidade de vendedores ambulantes no sistema. Parte da população que percebe a condição de desemprego, por vezes, apoia esse comércio irregular, consciente dos riscos à sua saúde. Já o Metrô adota estratégias ineficazes de combate que colocam em risco seus funcionários e promovem o confronto entre ASs e ambulantes. O Sindicato precisa cobrar da empresa a revisão desses procedimentos e a garantia de amparo a seus agentes, hoje responsabilizados e punidos com constantes ameaças de demissão.

Tramitam em âmbito nacional e estadual dois projetos de lei que têm como objetivo a regulamentação da atividade de ASs, e um que regulamenta a profissão metroviária em todo o país. O Sindicato precisa promover debates para expor os pontos positivos e negativos de cada projeto e esclarecer dúvidas relacionadas à aposentadoria especial, plano de carreira, entre outras.

Assina: Rodrigo Kobori

ORGANIZAÇÃO DE BASE

DEMITIDOS

Queremos transparência nas

contas do Sindicato, que sejam relacionados quem são os beneficiados, quanto recebem, e que seja

estipulado um período limite para receber o benefício. A sugestão é que os demitidos sejam auxiliados



por um período máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Que seja aproveitada a mão de obra dos demitidos da greve de 2007/2014, nas dependências do Sindicato, colônias etc. Auxiliar-

do nos serviços administrativos, manutenção, bases, eventos etc.

Observação: alguns funcionários demitidos reclamaram na linha que não conseguiram auxílio do Sindicato nem para uma cesta

básica, além do fato de ter vazado na linha uma lista com os nomes e valores de alguns demitidos da última greve.

*Assina: Milene Gonçalves Dias, ASMI,
5X2, Tis/Oratório turno manhã*

ORGANIZAÇÃO DE BASE

PELA REINTEGRAÇÃO DOS METROVIÁRIOS!

Na Campanha Salarial de 2014 realizamos uma poderosa greve em que 42 metroviários foram demitidos de forma injusta, ilegal e arbitrária. As demissões foram uma retaliação à categoria frente ao forte movimento que se construiu questionando a política de Alckmin de ataques aos direitos da categoria, de precarização e privatização do Metrô.

Frente às demissões, a categoria decidiu por um grande gesto de solidariedade e definiu que “Ninguém fica pra trás”: aprovou por

unanimidade em assembleia que o Sindicato deveria viabilizar um auxílio financeiro aos demitidos políticos durante a tramitação do processo judicial. Isso se concretizou da seguinte forma:

- 1) *Ampliação da mensalidade do associado ao Sindicado de 1,3% para 1,9%.*
- 2) *Com este aporte de 0,6% pagar o auxílio aos demitidos com referência nos salários que cada um recebia na empresa, com exceção de VR/VA/férias, e o restante deve aportar à luta contra a privatização do metrô.*
- 3) *Todos os demitidos assina-*

ram um termo de compromisso para devolver este dinheiro ao Sindicato, mediante reintegração com quitação do passivo trabalhista. Além disso a participação nas atividades de luta da categoria.

Até hoje, 5 colegas foram reintegrados e os 37 que permanecem demitidos já venceram em duas instâncias (nesta vitória, determinou-se o cancelamento da demissão e pagamento de todos os salários retroativos). Neste momento, o processo se encontra no Tribunal Superior do Trabalho (Brasília) para julgamento em 3^a instância.

Não é possível precisar datas e prazos de retorno. Sabemos que Alckmin influencia a Justiça, mas é possível dizer que o processo está avançado. Inclusive o Jurídico do Sindicato está articulado com um escritório em Brasília para acompanhar a evolução do processo. O avanço se expressa, por exemplo, no reconhecimento da derrota jurídica pela própria empresa, em 2017.

Agradecemos todas as expressões de solidariedade da categoria: os votos nas eleições da categoria, preocupação sobre como estamos, bancar nossa presença nas áreas etc.

Esses gestos merecem muito mais do que agradecimento. Afinal é, acima de tudo, um enorme comprometimento dos metroviários com sua própria luta, porque assumiram a defesa completa

daqueles que estavam na frente da batalha e foram injustiçados pelo governo e Metrô.

Diante disso, acreditamos que a categoria e o Sindicato devem continuar fortalecendo essa luta de diversas formas:

- **1) Manutenção do auxílio financeiro aos demitidos nos termos definidos em 2014.**
- **2) Reavaliação periódica deste auxílio mediante novidades do processo.**
- **3) Promoção de atividades de luta pela reintegração.**
- **4) Divulgação periódica da situação jurídica dos demitidos nos materiais do Sindicato.**
- **5) Prestação de contas regular sobre a utilização dos 0,6% descritos acima.**

Por fim, nos sentimos igualmente responsáveis a seguir fortalecendo cotidianamente as lutas dos metroviários, como o embate contra as demissões em curso, a privatização e a terceirização.

Assinam: Demitidos da greve de 2014 - Alex Santana, Antônio Freire, Camila Lisboa, Celso Borba, Celso Martins, Daniel Seiji, Fabiano Nunes, Fábio Bosco, Fábio Gregório, Fernanda Peluci, Fernando Sales, Gabriel Amorim, Gustavo Vieira, Júlia Paz, Leonardo Santos, Lourival Aguiar, Lucas Vieira, Marcelo Bovo, Marcelo Oliveira Marília, Raimundo Cordeiro, Raoni, Raquel Amorim, Ricardo Senese, Silmara Marques, Solange, Vitor Ghidini.

.....

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo.

R. Serra do Japi, 31 – Tatuapé - CEP 03309-000 - **Fone:** 2095-3600 - **Fax:** 2098-3233. **Endereço Eletrônico:** imprensa@metroviarios-sp.org.br

Produzido pelo Departamento de Comunicação do Sindicato. Projeto Gráfico: Maria Fígaro. **Editoração:** Andocides Bezerra.

Fotolito e Impressão: Gráfica Forma Certa. **Tiragem:** 250 exemplares.

